

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

ELIANE MARTINAZZO

AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DE TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA
AGRÁRIA DAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE
PARANAENSE

PONTA GROSSA

2010

ELIANE MARTINAZZO

**AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DE TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA
AGRÁRIA DAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE
PARANAENSE**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território.

Orientador: Profº Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

PONTA GROSSA

2010

M383d Martinazzo, Eliane
 As diferentes trajetórias de transformação da estrutura agrária das
 mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste Paranaense / Eliane Martinazzo.
 Ponta Grossa, 2010.
 81f.
 Dissertação (Mestrado em Geografia - Área de Concentração :
 Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

1. Mesorregiões. 2. Estrutura agrária. 3. Espaço rural.
4. Economia. I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. T.

CDD: 910

TERMO DE APROVAÇÃO

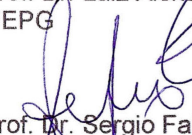
ELIANE MARTINAZZO

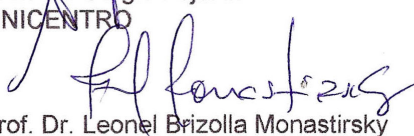
AS DIFERENTES TRAJETÓRIAS DE TRANSFORMAÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA DAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG


Prof. Dr. Sergio Fajardo
UNICENTRO


Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky
UEPG

Ponta Grossa, 05 de novembro de 2010

“Agrada-te do Senhor e faze o bem;e ele satisfará os desejos do teu coração.Entrega o teu caminho ao Senhor ,confia nele e o mais ele fará(Salmos 37-4 e 5)

Dedico este trabalho à minha **querida família**, fonte de amor, apoio e carinho, recebidos em toda minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, pela proteção recebida a cada dia iluminando meus caminhos e guiando meus passos.

À **Universidade Estadual de Ponta Grossa** e ao **Programa de Mestrado em Gestão do Território**, por tornar possível a realização do Curso de Mestrado em Geografia em uma instituição pública, gratuita e de qualidade, sem a qual não poderia concretizar meus ideais de formação intelectual.

A meu orientador, **Professor Drº Luiz Alexandre Gonçalves Cunha**, pela competente orientação segura, pelo aprendizado, liberdade, respeito, críticas, sugestões, compreensão e, principalmente, pela amizade.

Aos meus **pais**, construtores da família a que pertenço, agradeço pela educação recebida, apoio e colaboração, tornando-me forte o suficiente para superar desafios aceitando vitórias com humildade e derrotas com coragem. À distância fortaleceu em mim a confiança, que hoje me faz acreditar ser suficientemente capaz de concluir desafios que se levantam a minha frente.

A minha **irmã** que sempre me auxiliou na luta para conseguir terminar o Mestrado, com incentivo, apoio moral, para terminar a pesquisa.

RESUMO

A pesquisa enfoca os principais aspectos sobre a estrutura agrária das mesorregiões e suas trajetórias de transformação. Levantaram-se dados relacionados à agricultura, extrativismo, comércio, serviços e demais atividades desenvolvidas no contexto da agricultura familiar e patronal dessas mesorregiões. Procurou-se analisar as diferenças observadas entre as mesorregiões Sudeste-MS e Centro-Oriental-MCO. A mesorregião Sudeste caracteriza-se pelo predomínio da agricultura familiar em sua estrutura agrária. Por outro lado, a agricultura empresarial ou patronal é mais significativa na mesorregião Centro-Oriental. Estas mesorregiões têm seus processos histórico-geográficos relacionados a um contexto regional mais amplo relativo a uma das três grandes regiões paranaenses, denominada de Paraná Tradicional. Pôde-se constatar que as trajetórias de transformação das duas estruturas agrárias são diversas: a MCO apresentou uma integração marcante ao modelo de modernização da agricultura, com a expansão de culturas fortemente marcada pelo complexo agroindustrial, como a soja e, mais recentemente, o *pinus*; a MS, manteve-se ligada aos produtos alimentares tradicionais, como milho e feijão, mas incorporou significativamente uma cultura chave para o modelo de agricultura integrada: o fumo. Nessa mesorregião, observou-se também forte movimento de minifundização, com a fragmentação de estabelecimentos já bastante pequena, com reflexos marcantes nas possibilidades econômico-sociais destes estabelecimentos.

Palavras-chave: mesorregiões; estrutura agrária; espaço rural; economia

ABSTRACT

This work focuses on the main features on mesoregions' agrarian structure and their transformations timeline. It was collected some data related to the agricultures, extraction, commerce, services and other activities developed within these mesoregions' family and peasant farming context. In order to make an analysis, it was observed the differences between the southeast (SEMR) and central-eastern (CEMR) mesoregions. Southeast mesoregion is characterized by the family agricultures predominance in its agrarian system. On the other hand, the corporate or peasant farming is of a greater majority in the central-eastern mesoregion. These mesoregions have their historical-geographical processes linked to a wider regional context on one of the three larger areas Paraná, of named Traditional Paraná. One could notice that the two agrarian systems transformation timeline are unlike: the CEMR has show a noticeable integration to the agricultural modernization model, with the expansion of cultures pointed out sharply by the agro-industrial complex, such as soy and, more recently, the pinus tree; SEMR has been associated to the traditional food, as maize and bean, though it has been considerably putting together a key-cultures to the integrated agricultures model: the tobacco. In this mesoregion there has been similarly visible a considerable minor praedial movement, with a more reduced fragmentation of businesses and an outstanding reflection on the social-economic possibilities of them,

Keywords: mesorregions; agrarian structure; rural area; economy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 01	LOCALIZAÇÃO DAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE–(PR).....	31
MAPA 02	MESORREGIÃO CENTRO-ORIENTAL.....	32
MAPA 03	MESORREGIÃO SUDESTE PARANAENSE.....	34

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA MESORREGIÃO CENTRO-ORIENTAL.....	33
TABELA 02	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA MESORREGIÃO SUDESTE.....	36
TABELA 03	POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – PR – 1995/2006.....	49
TABELA 04	POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E MESORREGIÕES PARANAENSE2000.....	50
TABELA 05	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR E ÁREA EM RELAÇÃO A AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO AS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE - 2006.....	53
TABELA 06	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA – PARANÁ - 1995/96 E 2006.....	53
TABELA 07	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO GRUPOS DE GRUPOS DE ÁREA NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE 1995/2006.....	54
TABELA 08	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E GRUPOS DE ÁREA SEGUNDO AS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE - 1995/2006.....	55
TABELA 09	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO ESTABELECIMENTO, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 2006.....	56
TABELA 10	PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 2006.....	58
TABELA 11	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM QUE O PRODUTOR DECLAROU TER ATIVIDADE FORA DO ESTABELECIMENTO NO ANO DE 2006.....	59
TABELA 12	PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEM LAÇO DE PARENTES- CO COM O PRODUTOR, SEGUNDO FORMAS DE OCUPAÇÃO NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE - 2006.....	60
TABELA 13	PESSOAL OCUPADO MESORREGIÃO E GRUPOS DE ÁREA SEGUNDO AS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE - 1995/2006.....	62

TABELA 14	PESSOAL OCUPADO POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE 1995/2006.....	62
TABELA 15	PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, QUE RESIDEM NO ESTABELECIMENTO, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 2006.....	63
TABELA 16	VALOR DA PRODUÇÃO E ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 2006.....	64
TABELA 17	DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS NA AGROPECUÁRIA, SEGUNDO GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 2006.....	65
TABELA 18	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR UTILIZAÇÃO DE TERRAS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 2006.....	65
TABELA 19	PERCENTUAL DA ÁREA COLHIDA E DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE (MÉDIA2006).....	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – O CONCEITO DE REGIÃO: ORIGENS E EVOLUÇÃO.....	14
1.1 O CONCEITO DE REGIÃO E SUA HISTÓRIA NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO.....	14
1.2 O CONCEITO DE REGIÃO E SUA RENOVAÇÃO.....	18
CAPÍTULO 2 – AGRICULTURA FAMILIAR E EMPRESARIAL NO BRASIL E NO PARANÁ.....	21
2.1 OS CONCEITOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E EMPRESARIAL.....	21
2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA EMPRESARIAL: BASES DAS DIFERENÇAS REGIONAIS.....	30
2.2.1 Mesorregião Centro-Oriental Paranaense.....	31
2.2.2 Mesorregião Sudeste Paranaense.....	34
CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO DAS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES REGIONAIS A PARTIR DE PROCESSOS HISTÓRICOS-GEOGRÁFICOS DISTINTOS NO PARANÁ TRADICIONAL.....	38
3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NO PARANÁ TRADICIONAL.....	38
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DAS MESORREGIÕES DE ESTUDO.....	41
CAPÍTULO 4 – A ESTRUTURA AGRÁRIA DAS MESORREGIÕES DE ESTUDO.....	48
4.1 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE.....	52
4.2 CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE.....	57
4.3 CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA AGRICULTURA DAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem se discutido muito a respeito de agricultura familiar, sendo que esta vem sendo discutida em muitas pesquisas. Assim como, suas semelhanças e diferenças em relação a agricultura empresarial. Torna-se um assunto importante e interessante acerca das características particulares de cada uma e como as estruturas agrárias se estabelecem em cada uma delas, fazendo surgir diferentes linhas de estudo.

A pesquisa investiga às estruturas agrárias das mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste paranaense, visando a comparação entre elas, porque apresentaram transformações importantes nas últimas décadas. O interesse sobre o tema é antigo. Remonta a graduação, quando se realizou um estudo sobre a caracterização sócio-territorial da microrregião de Ponta Grossa, que compõem, ao lado de outras microrregiões, a mesorregião Centro-Oriental, que é uma das mesorregiões em estudo, e, por sua vez, pode ser incluída na grande região Paraná Tradicional. O levantamento buscou respaldo em documentos atinentes ao tema nas mais expressivas fontes de consulta, principalmente em dados do IPARDES e IBGE, que são os principais catalogadores de dados estatísticos relativos à economia, população e sociedade.

Assim, pretendeu-se comparar as duas mesorregiões, tendo em vista que se trata de estruturas agrárias diferentes. A Centro-Oriental mais marcada pela agricultura empresarial ou patronal; a Sudeste pela agricultura familiar. O interesse é verificar e analisar as especificidades das trajetórias de transformações, relacionando-as as diferenças constatadas nas respectivas estruturas agrárias.

A comparação pode indicar processos diferentes que devem ser considerados pelas políticas públicas de desenvolvimento regional. Além disso, os estudos comparativos sobre diferentes estruturas são raros, pois no desenvolvimento da pesquisa não foram encontrados trabalhos nesse sentido.

Entre os objetivos específicos, destaca-se, em primeiro lugar, o resgate da discussão sobre o conceito de região na comparação de diferentes estruturas agrárias regionais. Assim, procurou-se enfatizar como estruturas agrárias diversas, resultam em modelos de produção diferentes, que acabam por fazerem surgir diversidades regionais bem marcadas.

Em relação à agricultura familiar, sabe-se que se trata de pequenos produtores rurais que vivem do que produzem, com trabalho realizado por membros da própria família. Eles se mantêm com seus cultivos e, dependendo de cada região, apresentam maior ou menor

importância na economia regional e estadual. No que se refere à agricultura empresarial, destacam-se as médias e grandes propriedades rurais, que se apresentam com níveis produtivos diversos, variando entre as que apresentam grande produtividade, com uso intensivo de insumos químicos e máquinas e equipamentos modernos, e aquelas com baixa produtividade, resultado de uso extensivo da terra. Os proprietários, muitas vezes, não residem no local e contratam empregados que administram e operam a produção. Dessa forma, a base produtiva e social não predominantemente familiar. O objetivo central é o lucro e não apenas a reprodução social familiar e, para isso, busca-se produzir os cultivos com mercado mais amplo, tanto nacional, quanto internacionais. Porquanto, é uma agricultura que visa, em grande medida, as exportações, produzindo as chamadas commodities.

Para se obter as informações estatísticas, foi realizado o levantamento de dados sobre a estrutura fundiária dos municípios que compõem as mesorregiões e sua produção agropecuária. Procurou-se verificar os dados dos municípios pertencentes as mesorregião, comparando-os, quando possível, com as médias estaduais, de forma a avaliar implicações da estrutura agrária.

Neste sentido, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, com os autores que discutem os conceitos e temas abordados na pesquisa. Os levantamos utilizaram dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1995 e 2006, Censos Demográficos, e trabalhos realizados pelo IPARDES, IAPAR, entre outros. Além disso, foram utilizados dados já tabulados em trabalhos anteriores de pesquisa e reorganizados em novas tabelas.

No primeiro capítulo, procurou-se propor uma discussão sobre o conceito de região, apresentando um breve comentário sobre sua evolução, a importância das análises regionais que comparem configurações regionais diferentes. No segundo capítulo, buscou-se abordar as diferenças entre agricultura familiar e empresarial ou patronal. As discussões em torno do conceito de agricultura familiar são mais comuns do que sobre o de agricultura empresarial. Isso porque, há uma reflexão teórica que procura diferenciar a agricultura familiar da camponesa, mas para os objetivos deste trabalho esta discussão não é importante, e se considera agricultura familiar conforme o que determina a legislação. Neste capítulo, também há um breve esclarecimento sobre as divisões regionais e as mesorregiões de estudo: a Centro-Oriental e a Sudeste Paranaense. No terceiro capítulo, foram apresentadas de forma contextualizada as mesorregiões de estudo, através de uma abordagem histórico-geográfica sobre a formação e estruturação destas mesorregiões no estado do Paraná. Finalmente, no último capítulo, apresentaram-se os dados das estruturas agrárias mesorregionais.

O conhecimento sobre o espaço rural em termos de desenvolvimento é muito importante e depende de análises regionalizadas. Estas análises podem contribuir no sentido de permitir melhorar os programas e projetos de intervenções públicas. Além disso, servem como ponto de partida para a discussão das diferenças de desenvolvimento constatadas. Em termos gerais, a concentração fundiária está diretamente correlacionada com os baixos índices de desenvolvimento econômico e social dos municípios, mas isto não foi aprofundado neste trabalho e será objeto de trabalhos futuros.

CAPÍTULO 1

O CONCEITO DE REGIÃO: ORIGENS E EVOLUÇÃO

O debate sobre o conceito região é antigo, amplo e controverso e envolve diversas correntes geográficas. De acordo com Carvalho (2002), recentemente, a Geografia passou por mudanças conceituais e de metodologias ligadas à renovação do pensamento científico e social contemporâneo, inseridos no processo de globalização e na pós-modernidade. Nesse contexto, o conceito de região é discutido a partir desta nova perspectiva.

O objetivo deste capítulo não é fazer uma análise da história do pensamento geográfico, mas buscar apreender como a região, enquanto conceito ou categoria de análise da Geografia pode ser utilizado em estudos que procuram abordar as diversidades que se apresentam no espaço geográfico.

Os conceitos principais de Geografia são espaço, região, território, lugar e paisagem, entre outros. As diversas pesquisas se apóiam neles. Nesse sentido, procurou-se esclarecer e sistematizar as leituras realizadas. Além disso, procurou-se desenvolver uma reflexão sobre região, com o objetivo de montar as bases teórico-conceituais da dissertação.

Muitos trabalhos são produzidos sobre região, como ressalta Pereira (2004), destacando a historiografia do conceito e o seu caráter tradicional na Geografia (CORRÊA, 2001), como também suas relações com a ciência geográfica (LENCIONI, 1999) e, finalmente, até suas fases de esquecimento e de maior importância (HAESBAERT, 2002). Essa diversidade demonstra a relevância deste debate e a importância do conceito para diversos estudos geográficos..

Assim, neste primeiro capítulo busca-se abordar, em linhas gerais, a evolução conceitual e o debate acerca da noção de região, com abordagens sobre regionalização, ou seja, a sua importância para realização de estudos regionais para compreender a realidade de cada região estudada.

1.1 O CONCEITO DE REGIÃO E SUA HISTÓRIA NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Os conceito de região na Geografia contemporânea remonta abordagens nascidas na Alemanha, as quais propõem o conceito de região natural. Nesse caso, a região é definida e delimitada a partir das características físicas da paisagem e participação humana limitava-se a se adaptar aos aspectos fisiográficos dominantes. A região natural da tradição alemã é

questionada por geógrafos franceses, liderados por Vidal de La Blache que propõe o conceito de região geográfica, no qual a ação humana passa a ser decisiva. O meio físico fornece as possibilidades e ação humana encontra entre elas aquelas que melhor se adaptam as possibilidades desta ação num determinado contexto geográfico. Este conceito de região é uma das bases do possibilismo.

Assim, o conceito de região na Geografia transforma-se à medida que evolui o pensamento geográfico. Dessa forma, é possível apresentar diferentes abordagens desenvolvidas ao longo do pensamento geográfico, de acordo com as bases teórico-metodológicas predominantes em cada etapa do processo de evolução da Geografia, que consolidaram este conceito como uma categoria de análise espacial.

Gomes (1995) ensina que o termo região é derivado da palavra latina *regere*. Por outro lado, nos tempos do Império Romano, a palavra *regione* era utilizada para designar áreas que dispunham de uma administração local, mas eram subordinadas as regras gerais e hegemônicas de Roma. Corrêa (2001, p. 183) confirma que “[...] a origem etimológica do termo região estaria no termo *régio* do latim, o qual se referia a unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano.”.

Gomes é muito enfático ao defender que:

Alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge, de forma ampla, a relação entre centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial [...] Desta forma, os mapas que representam o Império Romano são preenchidos pela nomenclatura destas regiões que representam a extensão espacial do poder central hegemônico, onde os governadores locais dispunham de alguma autonomia, em função mesmo da diversidade de situações sociais e culturais, mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma (GOMES, 1995, p. 51).

Assim, na sua história o termo região apresentou desde o início implicações políticas (GOMES, 1995). Num momento histórico bem mais recente, ainda é possível destacar esta questão política. Cunha lembra que:

A centralização do poder que resulta do surgimento do Estado moderno na Europa provoca o resgate do problema político-regional da manutenção do poder que emana de um centro, muitas vezes distante de suas periferias, nas diversas regiões que formam o território de um determinado Estado. (CUNHA, 2000, p. 41).

Na Geografia contemporânea dois processos importantes aconteceram e tiveram grande influencia nas discussões em torno do conceito de região: a expansão territorial do

capitalismo monopolista e a sistematização da Geografia como ciência, que resultou na abertura de cursos de Geografia em universidades européias e norte-americanas.

Estes dois acontecimentos vão influenciar a Geografia do final do século XIX. Esta Geografia ficou conhecida como clássica, na qual dois conceitos de região se destacaram como já foi indicado anteriormente: o de região natural da corrente determinista; a região geográfica, da visão possibilista de Vidal de La Blache (CORRÊA, 1987).

Segundo Carvalho (2002), Vidal de La Blache (1845-1918) defendeu a região enquanto entidade concreta, existente por si só. Aos geógrafos caberia delimitá-la e descrevê-la. A Geografia definiria seu papel através da identificação das regiões na superfície terrestre.

O termo região já era citado como um elemento da Geografia Física, para caracterizar diferentes porções do espaço, e o de região natural foi utilizado entre os geógrafos por um bom tempo (GOMES, 1995). De acordo com Bezzi (1996, p. 322), “[...] a idéia corrente era a valorização da relação homem-natureza, tendo como elemento determinante os aspectos físico-naturais, que denominou esta abordagem de determinismo geográfico”.

A Geografia já era considerada sólida, e a região era o seu principal objeto de estudo. Nesta época, destacou-se Vidal de La Blache, com o conceito de região geográfica e sua integração de aspectos humanos e naturais (LENCIONI, 1999).

Para La Blache, a região pode ser definida como:

[...] uma unidade de análise geográfica, que exprimiria a própria forma de os homens organizarem o espaço terrestre. Assim, a região não seria apenas um instrumento teórico de pesquisa, mas também um dado da própria realidade. As regiões existiriam de fato, e caberia ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e explicá-las. A região seria uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas áreas limítrofes (MORAES, 1999, p. 75).

Com esta perspectiva, La Blache humanizou o conceito de região, pois os homens inscreviam diferentes paisagens e modos de vida (PEREIRA, 2004).

Apareceram críticas a esta proposta, pois teria dado origem a uma Geografia que se resumiria a pura descrição da paisagem. No início do século XX, o mundo passa por profundas evoluções técnicas. A Geografia procura estudar não apenas o particular, mas formular leis universais. (PEREIRA, 2004) Surge, então, na primeira metade do século XX, entre os geógrafos americanos e ingleses, uma linguagem para a geografia inspirada no positivismo lógico, defendendo que os enunciados científicos fossem verificados empiricamente. De acordo com Lencioni (1999), surge a Nova Geografia ou Geografia quantitativa, que busca encontrar uma ordem lógica no espaço. Nesta Geografia, conforme (LENCIONI, 1999, p.

137), "o mundo passa a ser encarado pela perspectiva sistêmica de integração e correlação entre as partes [...] a região passa a ser entendida pela geografia quantitativa como subespaço de um sistema". Dessa forma, surgem conceitos novos, como por exemplo, o de região homogênea, empregado nos planos governamentais (GOMES, 1995). A Nova Geografia agregou possibilidade aos estudos regionais. A região passa a ser vista como uma classe de área, isto é, um conjunto de unidades de área. (BEZZI, 2004). Assim, segundo Bezzi, a região:

[...] adquiriu uma conotação de área classificada, constructos analíticos, de acordo com um ou mais critérios, os quais obedeciam à sua aptidão, à localização, à acessibilidade, à produção, entre outras variáveis. Tal fato tornou a região um elemento importante para a solidificação da fase monopolista do capital regional, nacional e mundial (BEZZI, 2004, p. 325).

Nesses termos, a Nova Geografia, segundo Lencioni (1999), propõe um conceito de região como algo abstrato, pois passa a ser vista não mais por suas relações com a natureza, mas a partir de dados econômicos que permitem sua delimitação.

Essa quantificação da Geografia foi motivo de questionamentos e surge na Geografia uma crítica de base fenomenológica. A fenomenologia, concebida por Edmund Husserl, considera os objetos como fenômenos, os quais devem ser analisados como aparecem na consciência (LENCIONI, 1999). Forma-se a Geografia Humanística, inspirada na fenomenologia. Esta Geografia acredita que o espaço transcende a materialidade. Também considera que a região deve ser entendida como espaço vivido, nascida do sentimento de pertencimento. (GOMES, 1995).

Na década de 1960 surge a Geografia Ativa (LENCIONI, 1999), para a qual o espaço geográfico e a região seriam resultados da ação institucional que organizaria o espaço. A preocupação central era com o desenvolvimento econômico e regional. A temática envolvida nas discussões era relacionada ao desenvolvimento, subdesenvolvimento, desigualdades regionais e sociais. O desalento gerado pela consciência de uma ordem capitalista que impedia transformação levou essa Geografia evoluir para a Geografia Crítica de influência marxista. Esta corrente, segundo Gomes, (1995), dizia que o espaço se diferencia antes de tudo pela divisão social do trabalho e que as regiões se distinguiram a partir desta divisão que também teria caráter espacial e/ou territorial. Esta ainda é uma proposta muito influente entre aqueles que consideram o conceito de região superado. Dessa forma, é que alguns falam do fim das possibilidades explicativas do conceito. No entanto, a crítica e a reformulação são características iminentes à atividade teórica. Pode-se afirmar que o conceito de região não se

afastou desta realidade. Dessa forma, é que se entende que o conceito de região, definido por Ives Lacoste na década de 1970 como um conceito obstáculo, é resgatado recentemente ao ponto de Santos afirmar que “agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome” (SANTOS, 1996, p.196).

1.2 O CONCEITO DE REGIÃO E SUA RENOVAÇÃO

Diante deste breve resgate histórico sobre o conceito de região, percebe-se que cada autor, cada corrente de pensamento, destaca alguns aspectos sobre a região. Muitos destes aspectos ajudam a enriquecer o conceito, permitindo que o termo região avance cada vez mais na discussão geográfica.

O termo região para a Geografia, de qualquer forma, apresenta pontos delicados de análise conceitual, segundo Bezzi (2004). Não é difícil demonstrar que a discussão conceitual persiste, não obstante os desafios significativos impostos pela globalização. O conceito ainda guarda posição central nos estudos regionais. A ciência, como processo, vive da renovação de seus paradigmas, de suas teorias, de seus conceitos, e é essa renovação da ciência que permite sua evolução, superando antigos pensamentos, mas com a finalidade de obter respostas às necessidades explicativas que vão surgindo.

No mundo atual, a complexidade do conceito de região ganha relevância e os debates e controvérsias não ficam restritas à pesquisa geográfica. (BEZZI, 2004). Este tema, ainda segundo Bezzi, é instrumento de estudo de várias outras disciplinas, o que acentua seu caráter multidisciplinar.

Por exemplo, a diversidade atual de uso do termo é destacada por (GOMES, 1995, p.53-54), quando afirma:

a) Na linguagem cotidiana do senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão [...] está associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno [...] ou a limites [...] atribuídos à diversidade espacial [...]; (b) A região [...] como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados [...]; (c) Nas ciências em geral, como na biologia, geologia etc., a noção de região possui um emprego um emprego também associado à localização de um certo domínio [...]. Na Geografia o uso desta noção de região é um pouco mais complexo, pois ao tentarmos fazer dela um conceito científico, herdamos as indefinições e a força de seu uso na linguagem comum e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego mesmo deste conceito nos impõem [...].

Assim, o conceito de região hoje é adotado por várias ciências, como a Economia, Sociologia, entre outras. Mas é na Geografia que o conceito continua fundamental. De qualquer forma, expande-se seu uso a outras disciplinas e a Sociologia também produz estudos regionais. Segundo Alentejano (2003), a Sociologia destaca a importância da dinâmica social e política para a delimitação da região. Os debates econômicos e sociológicos desenvolveram duas vertentes sobre região: a região como espaço vivido e a região como resultado da desigualdade do capitalismo. A primeira, segundo Alentejano (2003), fundamenta-se numa concepção humanista e resgata a identidade regional, como confirma Gomes :

A região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender a região é preciso viver a região. (GOMES, 1995, p.67)

Na segunda vertente, a região é vista como um dos resultados da divisão territorial do trabalho. Para os geógrafos de inspiração marxista, a região é o resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo, no qual a acumulação de capital gera desigualdades na divisão de trabalho originando as regiões (ALENTEJANO, 2003). Como afirma Santos (1978) apud Gomes (1995, p.66), “ a região é, pois, nesta perspectiva a síntese concreta e histórica desta instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social”.

Como já se afirmou, debate sobre o conceito de região sofre influência dos processos globalizantes, e, ao longo dos anos 1990, continuam as críticas e discussões sobre sua importância e seu uso no meio científico. Como ressalta Alentejano (2003), uma parcela expressiva de estudiosos reafirmam o fim do conceito, mas, por outro lado, outros defendendo que o movimento de globalização não deixa dúvida que as diferenças regionais não deixaram de ser importantes. Os que defendem o fim deste conceito pensam que a globalização eliminaria o papel da dinâmica regional, “pois o controle global do poder econômico e político se sobreporia a quaisquer manifestações de caráter local ou regional” (ALENTEJANO, 2003, p.79). Outros acreditam que esta dinâmica necessita de articulações de base territorial, servindo para reafirmar as velhas regiões ou a conformação das novas. (ALENTEJANO, 2003).

Assim, Teixeira (2005, p.32) defende que “não se deve considerar a morte da região e sim compreender os intensos processos que fez com que a configuração regional do passado desmoronasse e erguesse outras diferentes, justificando o valor da pesquisa regional”.

Para entender o debate atual a posição de Haesbaert é esclarecedora, ao afirmar que:

Enquanto a região adquire um caráter epistemológico mais rigoroso, com uma delimitação conceitual mais consistente, a regionalização pode ser vista como um instrumento geral de análise, um pressuposto metodológico para o geógrafo e neste sentido, é a diversidade territorial como um todo que nos interessa, pois a princípio qualquer região pode ser objeto de regionalização, dependendo dos objetivos definidos pelos pesquisadores. (HAESBAERT, 1999, p.28)

De qualquer forma, o importante é compreender que a regionalização nos mostra uma imagem diferente dos processos econômicos e sociais. A região não perde sua importância seja para análises das políticas públicas regionais, dos planejamentos regionais, mas integra diferentes possibilidades de ser trabalhada. (FRANÇA, LEITE, 2007).

Porquanto, compreender as diferentes possibilidades do conceito de região não é uma tarefa fácil, mas fica claro que este conceito ainda pode ser muito importante em análises regionais e permite a comparação na qual fiquem bem marcadas as diferenças estruturais entre frações do espaço geográfico. Na pesquisa, procura-se comparar mesorregiões do mesmo estado, pois se verifica algumas diferenças marcantes na estrutura daquelas que são os objetos de estudos. A diferença entre as regiões acontece em virtude de diversos aspectos. Neste trabalho, a pesquisa centrou-se na estrutura agrária diferenciada das mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste do Paraná.

De qualquer forma, a comparação que se buscou fazer na dissertação, não deixou de considerar o que Santos afirma de forma conclusiva: “As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. (...) a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (SANTOS, 1997, p. 197).

CAPÍTULO 2

AGRICULTURA FAMILIAR E EMPRESARIAL NO BRASIL E PARANÁ

Nos últimos anos, a agricultura familiar tem merecido crescente reconhecimento na pauta dos governos, tanto através das manifestações dos movimentos sociais ou das Organizações Não-Governamentais (ONGs), como também nos debates sobre os "paradigmas" teóricos em tomo do conceito. Às vezes, de forma ideológica, buscando as evidências que a enfocam como um segmento social com potencial de realizar ações transformadoras na produção agrícola e na construção de uma sociedade mais sustentável.

O processo de transformação da agricultura contemporânea não determinou necessariamente a integral destruição das formas não-capitalistas de produção e sua imediata substituição pelas explorações de caráter capitalista. É possível perceber que no grupo dos países industrializados não é mais possível identificar as explorações camponesas, mas sim explorações familiares, próximas aquelas, mas com grande diferença.

Neste contexto, pode-se verificar que o processo histórico-geográfico do capitalismo resultou num processo de diferenciação dos produtores que formou, em linhas gerais, dois grandes grupos. De um lado, os agricultores familiares com padrões sociais e produtivos que os diferenciam dos agricultores patronais ou empresariais. Os primeiros, com mais características camponesas outros com menos, de acordo com as configurações regionais nas quais estão inseridos; os patronais ou empresariais diretamente inseridos no mercado capitalistas. No caso abordado neste trabalho, a mesorregião Centro-Oriental observa-se na estrutura agrária uma significativa participação dos agricultores empresariais; por outro lado, na Sudeste, ocorre o domínio dos agricultores familiares.

Dessa forma, torna-se fundamental discutir estes diferentes conceitos, para que se possa construir um referencial teórico-conceitual que permita qualificar a comparação proposta.

2.1 OS CONCEITOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E EMPRESARIAL

Lamarche (1993) afirma que a exploração camponesa é de caráter familiar, mas, ao contrário, nem todas as explorações familiares são de caráter camponês. A definição é baseada no grau de vinculação com os mercados, fato que repercute no maior ou menor nível de autonomia destas unidades de produção. A discussão sobre a agricultura familiar e o

campesinato é antiga, e nos últimos anos tem sido implementada por autores como Abramovay (1992); Wanderley (1994); Lamarche (1998); Fernandes (2002), entre outros.

São inúmeros os autores que defendem e conceituam a agricultura familiar como um eixo estratégico ao desenvolvimento, considerando relevantes os aspectos que combinam propriedade e trabalho que assumem no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais na agricultura. Nesse sentido, não a consideram como um elemento da diversidade, mas que é ,em si, a própria diversidade (ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1997).

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento econômico brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento local, geração de renda, segurança alimentar. As mudanças econômicas ocorridas a partir de 1990, junto com a alteração dos mercados, foram fatores que influenciaram na dinâmica do espaço. É nesse momento que se percebe também, o papel da agricultura familiar no contexto social. Com isso, cresce o debate sobre os conceitos e a importância relativa da agricultura familiar. Assim, surgiram concepções, interpretações e propostas, oriundas de diferentes entidades representativas dos pequenos agricultores, dos intelectuais que estudam o meio rural e de técnicos que são encarregados de levantarem dados a respeito do setor rural brasileiro. O que mostra que as famílias rurais e o papel que elas ocupam na estrutura rural do país se constituem em objeto central de muitos estudos sobre o meio rural brasileiro.

De acordo com Wanderley (2003), nos anos de 1970 as discussões se faziam num patamar construído pela perspectiva de modernização da agricultura e de urbanização do meio rural, no qual os atores sociais polarizavam as relações fundamentais entre capital e trabalho. Os olhares convergiam para a constituição, no setor agrícola, de uma estrutura empresarial e para a emergência de um proletariado gerado por um mercado de trabalho específico. Para Wanderley, “a agricultura familiar é um ator social da agricultura moderna e de ,certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado”(WANDERLEY, 2003, p. 44). A partir deste momento, aconteceu o desenvolvimento de forças produtivas que criaram um novo patamar para a agricultura e o meio rural.

No entanto, a função transformadora da agricultura familiar no desenvolvimento gera divergências terminológicas e ocupacionais entre o conceito de campesinato tradicional e a noção de agricultura familiar moderna.

Estas divergências geralmente se acentuam quando o enfoque recai sobre as mudanças do modelo agrícola e agrário vigente que perdura há anos no rural brasileiro; e, também quando são abordadas as situações de integração dos sistemas de produção familiares

aos complexos agroindustriais, os efeitos socioeconômicos da dependência dos agricultores, tanto no momento de produzir como para comercializar e beneficiar a produção.

Com o aumento do número de estudos que discutem a problemática dos agricultores familiares no século XXI, surge também uma diversidade de conceitos. Muitos desses trabalhos ora tratam o agricultor familiar e o camponês como iguais, ora como diferentes. Mas, como descreve Wanderley (2003, p. 48), “[...] não é possível explicar a presença de agricultores familiares na sociedade atual como simples reprodução do campesinato tradicional como cita os clássicos”.

Fernandes (2002) acrescenta que:

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito.

Em suas obras, Fernandes demonstra que a figura do camponês caminhou por alguns sistemas de organização da vida social e sobrevive até os dias de hoje. Os conceitos de camponês e agricultura familiar são amplos e têm as suas especificidades. Porém, o conceito de agricultura familiar incorpora o conceito de camponês a partir de uma classificação proposta pela FAO/INCRA (2000).

Consolidados:

São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próxima a 50 ha.

Em Transição:

São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades menores de 100 ha, com concentração próxima a 20 ha.

Periféricos ou de Subsistência:

A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente tem dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São

propriedades geralmente menores de 50 ha, com concentração abaixo de 20 ha.

As duas primeiras classificações são produtores com mais integração ao mercado, que tem acesso a assistência técnica e créditos bancários. Neste caso, o uso de máquinas, insumos, etc, é inevitável, sendo considerada assim uma agricultura dinâmica e de trabalhadores qualificados, de acordo com padrões estabelecidos. Essa classe de produtores obtém, também, bons rendimentos de produtividade e lucro, sendo um modelo próximo de uma empresa familiar rural. No entanto, inseridos em padrões da agricultura familiar capitalista exigido pelo mercado. (SILVA, 2002).

A terceira classificação define aqueles entre os quais a utilização do crédito é praticamente nula, sendo propriedades de baixa tecnologia e produtividade. Destaca-se, assim, que o comportamento deste agricultor é o que mais se aproxima do antigo camponês, onde não mantém uma dependência externa de recursos e utiliza métodos tradicionais, cuja produção é voltada para suprir as necessidades da família.

Segundo Wanderley (1999), a agricultura familiar é um conceito genérico, que inclui uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade (SILVA, 2002).

A autora considera que o campesinato tradicional "tem particularidades que o especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global" (WANDERLEY, 1996, p. 23).

De um modo geral, quando se fala da produção familiar na agricultura, está se falando de pequenas e tradicionais unidades de produção. Assim sendo, as análises teóricas, que dizem respeito ao caráter familiar da produção agrícola e aos princípios de seu funcionamento, tem sempre como referencial empírico, as unidades de produção pequenas, tecnicamente atrasadas e cuja organização interna tem como eixo a satisfação das necessidades da família que produz. Produção familiar é, nesta perspectiva, sinônimo de campesinato tradicional (WANDERLEY, 1988, p.139).

Assim, no entendimento de Wanderley (2000), a agricultura de propriedade familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma propriedade adequada à atividade agropecuária. Isto a caracteriza como uma forma social e econômica familiar de exploração agrícola. Assim, ela se diferencia da agricultura empresarial, na qual o proprietário muitas vezes não reside no local de produção, prioriza a venda de sua produção que é baseada em alta tecnologia e busca o mercado externo

visando à exportação.

Esse modelo citado acima, é predominante nos grandes estabelecimentos rurais. No entanto, como afirma Wilkinson (1997, p. 30), "[...] a produção familiar é uma categoria elástica que vai da agricultura de subsistência a monocultura altamente tecnificada". Portanto, é uma categoria que é comandada pela família, mas não se resume apenas ao consumo próprio, pode também se especializar e produzir de forma empresarial e mercantil. Assim, a agricultura familiar tanto pode ser relacionada a pequenos produtores não mercantis quanto a produtores mercantis capitalizados e que se organizam de forma empresarial. Com essas definições sobre o conceito de agricultura familiar, pode-se perceber que os autores a definem de maneira diferente, mas mostram, de qualquer forma, que há um aspecto central que é o caráter familiar predominante na organização produtiva.

Ainda na tentativa de uma discussão maior sobre a agricultura familiar, resgata-se a teoria de Chayanov, onde o eixo central consiste que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. (WANDERLEY, 1998). Isso deriva do fato de que a empresa familiar não se utiliza do trabalho alheio de mais-valia como na agricultura empresarial.

Na economia agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salários, impor a esta estrutura um lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra (CHAYANOV, 1981, p. 137).

Para este autor, como cita Wanderley (1998, p. 31), em seu trabalho abordando teorias de Chayanov, “[...] o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha”. Na verdade, quem trabalha é o agricultor e sua família.

Nesse sentido, entende-se que toda a organização desta propriedade familiar depende do próprio produtor, pois além de trabalhar necessita assegurar todas as necessidades para que aconteça a reprodução deste trabalho. E deste rendimento, resultado de seu trabalho, que é em pouca quantidade, ele obtém o necessário para sua manutenção. Segundo Wanderley (1998), nos estudos de Chayanov pretendia-se conhecer as leis que regem o funcionamento interno da unidade de produção familiar e sua teoria é resultado dessa preocupação.

Neste contexto, pode-se perceber que o sistema agrário no Brasil é complexo, haja vista a diversidade de formas de organização produtiva. No estudo de Abramovay, (1992,

p.19 e 21, apud SCHENEIDER 2003, p. 38), "[...] a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado e integrado ao mercado, e não pode ser explicada pela herança histórica camponesa [...]". De qualquer forma, a agricultura familiar tem sofrido transformações ao longo de sua trajetória. É necessário que as sociedades agrárias e o meio rural sejam repensados e reinterpretados permanentemente. Torna-se importante compreender as relações sociais e produtivas que envolvem esse espaço. Nesse meio, a agricultura familiar é um setor que abrange uma parte preponderante na produção agrícola. O meio rural no Brasil necessita de estudos específicos, em virtude da existência de diferentes tipos de agricultores, que possuem interesses diversos e formas diferentes de reprodução social, com necessidades específicas para se adaptarem ao meio em que vivem. Portanto, é difícil uma abordagem única desse meio rural.

Para Tedesco (2001), a importância do segmento familiar no Brasil e no mundo contraria as teses que indicavam o seu desaparecimento com o avanço do capitalismo e do desenvolvimento técnico. A sua sobrevivência é atribuída a sua capacidade de se manter em condições adversas nos cenários políticos e socioeconômicos, sob os pressupostos produtivistas modernizantes.

As propriedades que mais enfrentam problemas são as familiares, ou seja, aquelas em que o proprietário mora na propriedade e sobrevive da renda extraída do seu sistema produtivo. Essas unidades familiares enfrentam problemas relacionados com a terra, por exemplo; desigualdade quanto à distribuição das terras, qualidade das terras, escassez de mão-de-obra. Outro fator relevante é a escassez de capital e a falta de uma política mais adequada ao segmento. Esses fatores de desigualdade, principalmente na distribuição de estabelecimentos e produção, são marcantes na agricultura familiar. O fundamental é explicar que o conceito de agricultura familiar surge para ressaltar uma categoria de produtores rurais, considerada por muitos sem relevância, mas que ganha destaque nas discussões e no cenário econômico brasileiro.

Essa categoria da agricultura, ou seja, a familiar utiliza gratuitamente a força de trabalho de sua família, não é atribuído salário fixo e nem se contabiliza o tempo de trabalho. Mas, às vezes, o seu produto é desvalorizado em termos de preço, em relação a uma unidade de produção maior. Nas unidades familiares o trabalho é organizado com base em relações familiares, porque é a própria família que trabalha e a propriedade onde estão os meios de produção, é inteiramente deles, com base em relações sociais específicas. Como ressaltava Sachs (2001, p. 76), "[...] a agricultura familiar se constitui como a forma mais adequada de ocupação do território, preenchendo critérios sociais e ambientais". Isso mostra que o meio

rural familiar tem capacidade de ajudar no crescimento sócio-econômico local, sem que isso possa anular sua produção para auto-consumo (BRANDENBURG, 1998).

Em termos políticos, a desocultação e a superioridade da agricultura familiar serviram como pano de fundo para o reconhecimento dessa forma de organização da produção como a protagonista do desenvolvimento rural. Em linhas gerais, o meio rural familiar esta sem dúvida, inserido num espaço territorial rural específico. Pois suas atividades acontecem num ambiente, onde ocorrem várias formas de atividades. Isso faz com que se tenha uma visão de como este segmento, a agricultura familiar se encontra como está estruturado no espaço rural.

A partir das reflexões anteriores, é necessário tecer algumas considerações importantes da agricultura familiar no âmbito da sociologia rural, analisando alguns estudiosos do pensamento social crítico que elaboraram análises distintas sobre a permanência das formas familiares na agricultura contemporânea.

As primeiras concepções são de Mann e Dickson que são citados por Schneider(2002), que analisaram os obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Segundo os autores, as razões que explicam a resistência das formas sociais não-capitalistas e/ou familiares na agricultura devem ser compreendidas nas singularidades que caracterizam a agricultura, especificamente no fato de que a terra e a produção agrícola impõem empecilhos naturais, que acabam limitando a exploração capitalista dos recursos naturais. Por este motivo, os autores destacam que a produção agrícola se diferencia claramente dos outros processos produtivos cujos fatores e os meios de produção podem ser reproduzidos de modo artificial, como as atividades industriais. (SCHNEIDER, 2002).

Em relação a esclarecimentos sobre agricultura familiar e empresarial, o estudo elaborado pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO em 2000, solicitado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, indica alguns pontos importantes. Citando ALENDE (2006), o qual, em seu estudo, comenta que este Projeto apresentou dados que indicam a agricultura familiar como um poderoso eixo desenvolvimentista para o país. Ele demonstra vantagens da agricultura familiar em comparação com a empresarial, justificadas pela aptidão das unidades familiares em atender melhor alguns interesses específicos do País. Além disso, as unidades familiares contribuem mais com a preservação ambiental e são economicamente mais viáveis.

Para Mann e Dickinson, no capitalismo a agricultura preserva as suas especificidades em relação ao tempo, já que o trabalho realizado nas etapas de produção, preparo do solo, plantio, manejo e colheita - é realizado num tempo inferior ao tempo que cada cultivo

necessita para seu desenvolvimento natural. Há uma etapa em que a agricultura depende apenas da natureza, sendo difícil para os mecanismos de o sistema capitalista dominar este meio de produção, mesmo que com a elevação do padrão técnico o tempo tenha sido reduzido (SCHENEIDER, 2002).

Dessa forma, essas particularidades constituem-se fatores que oferecem obstáculos à dinâmica do capital, o que pode explicar a preferência que o capital desperto por outras atividades, onde a margem de lucro é superior.

Segundo Mann e Dickinson (p. 478) *apud* Scheneider.

Ao contrário da indústria propriamente dita, onde o tempo de trabalho e o tempo de produção são mais ou menos coincidentes, em algumas áreas da agricultura a habilidade para manipular e variar o tempo de produção e o período de rotação é circunscrita pelas características naturais do objeto sendo produzido. Do ponto de vista do capitalismo, assim, tais considerações fazem com que certas áreas da produção agrícola sejam desestimulantes. Enquanto existirem constrangimentos objetivos, naturais, para a manipulação social do tempo de produção, o capitalismo avaliará tais áreas como de alto risco e de alto custo de produção (SCHENEIDER, 2002, p.43)

Portanto, pode-se compreender a diferença entre a produção familiar e a grande produção agrícola capitalista analisando as particularidades da agricultura familiar em relação à grande produção capitalista. No estudo de Servolini (1989), ressalta-se que a agricultura familiar tem sua família trabalhando gratuitamente, sem salário e sem contabilizar muito seu trabalho, isso faz com que seu valor de produção seja inferior a produção empresarial.

Neste ponto, é importante destacar também uma classificação mais ampla e mais completa do sistema produtivo, permitindo um melhor entendimento do que hoje existe no meio rural brasileiro. Conforme a classificação abaixo, segundo Blum (1998):

- PATRONAIS : Latifúndio e Empresa Capitalista;
- FAMILIARES : Consolidadas, Em transição e Periféricas ou de Subsistência.

Os familiares já foram citados anteriormente, mas as patronais devem ser mencionadas também. As propriedades patronais são definidas como grandes extensões de áreas improdutivas (latifúndios) ou produtivas (empresas capitalistas), cuja produção é voltada para o mercado. As propriedades, quando são produtivas, utilizam mão-de-obra em número maior que na produção familiar e possuem atividades agrícolas ou de criação, sempre em grande escala. O proprietário, geralmente, ou melhor, na maioria das vezes, não mora na propriedade, que são de médias a grandes áreas (acima de 200 ha). Utilizam alta tecnologia,

recorrem também ao crédito rural.(BLUM, 1998).

O quadro abaixo compara as principais diferenças entre as propriedades familiares e as patronais:

QUADRO 1: DIFERENÇA ENTRE PROPRIEDADES PATRONAIS E FAMILIARES

PATRONAL	FAMILIAR
- Separação entre gestão e trabalho; - Organização centralizada; - Ênfase na especialização; - Predomínio do trabalho assalariado; - Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de terreno e de momento. - Monocultivos extensivos	- Trabalho e gestão intimamente relacionados; - Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários; - Ênfase na diversificação(policultivos) - Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; - Trabalho assalariado complementar; - Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Veiga, 2001

Neste quadro, podem-se perceber como na agricultura familiar os vínculos de parentesco se tornam tão fortes. Como destaca Abramovay (1998), não há atividade econômica no qual o trabalho e a gestão se aglutinem tão fortemente entre a família e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante.

No entanto, a agricultura patronal tem outra visão do trabalho com a terra. Exerce seu trabalho utilizando-se dela, mas no intuito de conseguir lucro, visando exportações. Nestes termos, em grande parte, não tem uma relação de afeto com este ambiente, e sim de fins lucrativos.

Nesse sentido, observa-se que a produção familiar se distingue da patronal pelos valores que atribuem a área onde desenvolvem seus trabalhos: A primeira visando a reprodução da unidade familiar; segunda, a acumulação de capital (SCHNEIDER,2002).

Em linhas gerais, o meio rural familiar esta, sem dúvida, inserido num espaço territorial específico. Pois suas atividades acontecem num ambiente, onde ocorrem várias formas de atividades. Isso faz com que se tenha uma visão de como este segmento, a agricultura se encontra, como está estruturado no espaço rural.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR E AGRICULTURA EMPRESARIAL: BASES DAS DIFERENÇAS REGIONAIS

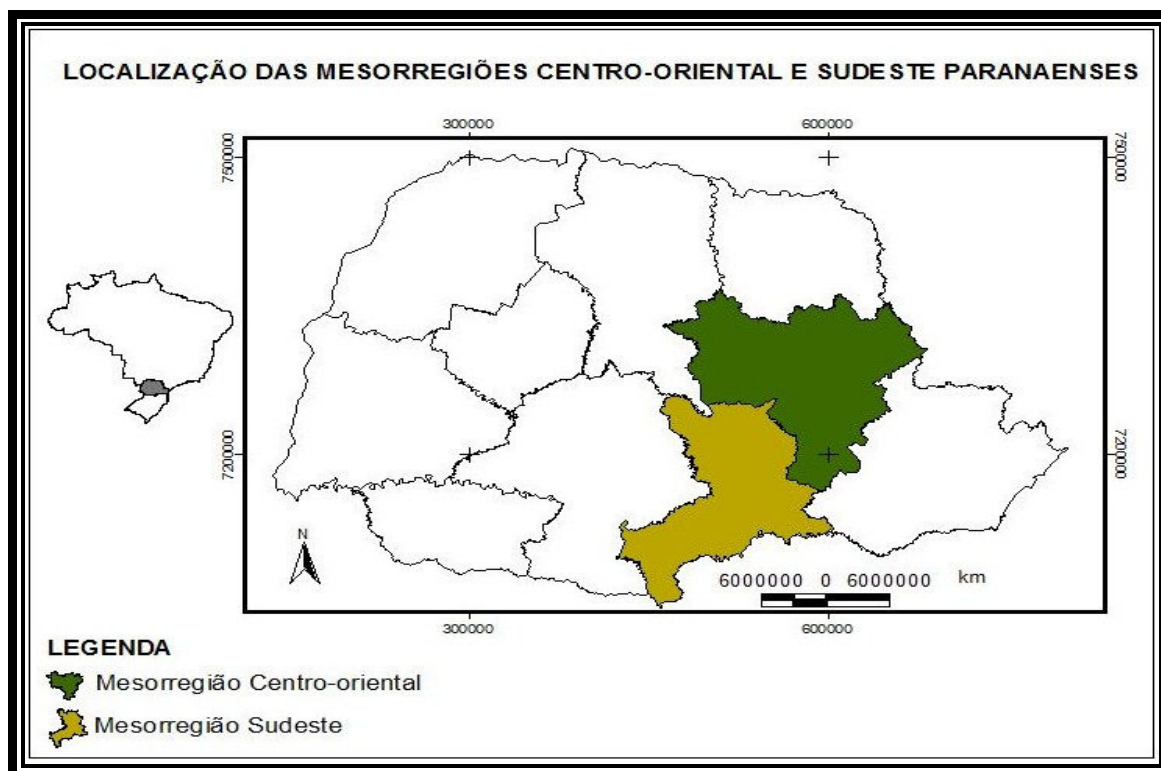
Os estudos sobre Divisão Regional no Brasil pelo IBGE tiveram início em 1941, sob coordenação do Prof. Fábio Macedo Soares Guimarães, e foi publicado pela Revista Brasileira de Geografia. Até 1940 surgiram proposições de regionalização que dividiram o Brasil de 5 a 10 regiões. A primeira divisão foi idealizada em 1913, IBGE (1995), pelo Prof. Delgado de Carvalho, que utilizou o Determinismo Ambiental, sem considerar os aspectos sócio-econômicos, mas esta primeira divisão foi amplamente criticada. A divisão que prevalece até hoje foi definida em 1969.

Há também uma proposta de Santos, baseada em materialidade geográfica e associada às heranças históricas e as modernizações mais contemporâneas. No final da década de 1960, surgiu a proposta de Geiger, baseada em aspectos geoeconômicos. Recentemente, Becker analisou o processo de regionalismo e dividiu o Brasil em regiões periféricas e em centro de grande poder.

Na década de 1980, o Brasil vivia momentos de grandes transformações e o IBGE passa a utilizar uma nova forma de agregação dos dados regionalizados. O país ainda tinha uma Divisão Regional, da década de 1970, baseada em macrorregiões. No final da década de 80, o IBGE fez uma divisão dos estados federados em micro e mesorregiões. No caso das microrregiões, que são parte das mesorregiões, as delimitações foram fortemente marcadas pela estrutura de produção. Já as mesorregiões, segundo a definição do IBGE, são conjuntos de municípios contíguos que pertencem a mesma unidade da Federação. São denominadas como conjunto de microrregiões:

Que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. (IBGE, 1990, p.5)

O Paraná tem seus municípios organizados em dez mesorregiões geográficas (Mapa 1), sendo que duas delas formam o objeto de estudo deste trabalho: a mesorregião Centro-Oriental e Sudeste Paranaense.



MAPA 01: LOCALIZAÇÃO DAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE (PR)

Fonte:Sema 2009 – Org:Carla Pietro

2.2.1 Mesorregião Centro-Oriental

A região Centro-Oriental possui uma área agrícola de 1.926.463 ha, com 23.659 estabelecimentos agrícolas, segundo o IBGE(1995). Abrange 14 municípios da porção leste do Segundo Planalto Paranaense, na qual se integram três microrregiões: Jaguariaíva, Ponta Grossa e Telêmaco Borba.



MAPA 02: MESORREGIÃO CENTRO-ORIENTAL(PR)

Fonte:Sema 2002 – Org:Carla Pietro

Essa mesorregião é parte integrante de uma vasta área do chamado Paraná Tradicional, cuja economia e sociedade se organizaram, fundamentalmente, a partir de grandes fazendas e exploração das florestas, que sustentaram os ciclos econômicos do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, complementados por um setor de produção de subsistência em pequenas áreas.

As atividades extrativas e a pecuária, que ainda são importantes na economia regional, aos poucos incorporaram inovações, e assim se consolidou um importante segmento agro-industrial nesta mesorregião. Por outro lado, o que marca bastante esta região, desde o período de ocupação, é o elevado nível de concentração da posse da terra.

As restrições naturais de fertilidade, profundidade do solo, relevo ondulado, que dificultam a expansão de lavouras, favorecem a utilização das terras com matas e florestas, nos grandes estabelecimentos, sendo que a região se destaca pela presença de extensas áreas de reflorestamento de pinus. Também tem um grande destaque nesta região a produção de leite e derivados, e o grupo agroquímico e moageiro de soja.

A mesorregião Centro-Oriental é bem diversificada. Cada município integrante tem seu papel de destaque em alguma área de atividade agrícola. Tem grande destaque na

produção de grãos, apesar de possuir áreas com solos arenosos, rasos e de baixa fertilidade natural. Apresenta em termos histórico-geográfico a criação extensiva de gado de corte, como um elemento importante na economia da região, mas que perdeu sua hegemonia a partir da década de 1970. (NETO, ROCHA, 2007).

Na década de 1970, o processo de modernização da agricultura possibilitou aos produtores da região, particularmente os pertencentes às colônias e organizados em cooperativas, assim como os grandes proprietários, alavancar uma produção intensiva em capital, superando os entraves naturais de baixa fertilidade e solos pouco profundos. Essas atividades transformaram, qualificaram e atingiram patamares elevados da produção agropecuária (IPARDES, 2004).

É uma região onde a população ocupada em atividades agropecuárias é relativamente baixa, pois é uma região que se destaca por ser formada por grandes estabelecimentos, com elevado grau de produtividade, mas que se utilizam pouca mão-de-obra.

Desde os anos de 1970, o IPARDES (2004), verifica nesta mesorregião um crescimento populacional significativo, mas concentrado em Ponta Grossa, sendo que ocorrem perdas de população rural, que se concentraram em áreas urbanas.

Segundo pesquisa do IPARDES, atualmente, apenas os municípios de Reserva e Ortigueira permanecem dos tipos essencialmente rurais, condição esta reforçada pela presença de áreas destinadas a reservas indígenas e assentamentos rurais.

Em uma análise de dados colhidos pelo IBGE, (tabela 1), constata-se que o número de estabelecimentos com até 50 hectares de área, que se enquadram como agricultura familiar, era de 18.679. Já em 2006, os primeiros resultados do censo, mostram que este número diminuiu para 14.625, uma redução bastante significativa. Já nos estabelecimentos rurais com mais de 100 hectares de agricultura empresarial, também houve uma redução, mas pouco significativa.

TABELA 1 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA MESORREGIÃO CENTRO-ORIENTAL

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO	Meso.Centro-Oriental				Paraná			
	1995	%	2006	%	1995	%	2006	%
Familiare s	18.679	79,0	14.625	76,3	342.925	93,5	335.916	92,7
Empresariais	4962	21,0	4549	23,7	26.882	6,5	26.303	7,3
Total	23.641	100,0	19.174	100,0	369.807	100,0	362.219	100,0

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário

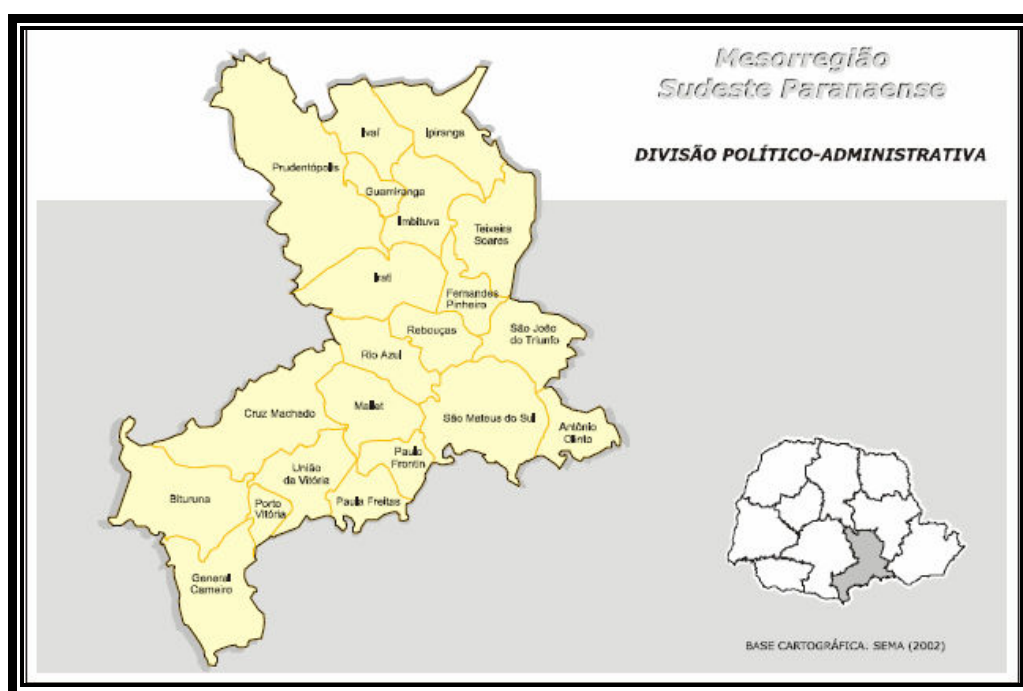
NOTA: Dados trabalhados pelo autor

Em se tratando de utilização de terras, a atividade de criação de animais, que foi introduzida pelo tropeirismo nesta região, se mantém restrita às áreas de menor aptidão. A atividade pecuária mais importante da região é a leiteira, em geral confinada, dependendo da produção de forragens e outras lavouras.

A mesorregião Centro-Oriental conta, em geral, com pouca expressividade na agricultura familiar quando comparada com a mesorregião Sudeste, a outra região de estudo. Destaca-se, no entanto, na agricultura empresarial, com destaque nacional na produção de grãos. Nos capítulos seguintes serão abordados em profundidade todos os aspectos e dados relacionados a esta região.

2.2.2 Mesorregião Sudeste do Paraná

Localizada em sua maior parte no Segundo Planalto Paranaense, a mesorregião Sudeste é composta por 21 municípios agrupados em quatro microrregiões: Irati, São Mateus do Sul, Prudentópolis e União da Vitória. Concentra um total de 39.824 estabelecimentos agrícolas. No que se refere a sua caracterização, a região apresenta a Serra da Esperança como seu marco geográfico principal, a qual delimita o Segundo Planalto (a leste) do terceiro planalto paranaense (a oeste), e divide a região no sentido leste-oeste.



MAPA 3: MESORREGIÃO SUDESTE PARANAENSE

Fonte: Sema 2002 – Org: Carla Pietro

Esta mesorregião, junto com as mesorregiões Centro-Sul, Centro-Oriental e Metropolitana de Curitiba, forma o denominado Paraná Tradicional, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. O Paraná tradicional apresenta as áreas de ocupação luso-brasileira mais antiga do Paraná. No período de forte imigração estrangeira para o Brasil recebeu importantes fluxos de colonos, principalmente poloneses, ucranianos, alemães e russos (BALHANA, 1969).

A região teve a organização do espaço sempre vinculada a atividades econômicas tradicionais, de cunho extensivo e extrativo. Parte de seu povoamento inicial decorreu de incursões militares, de tráfego de tropeiros e de estratégias governamentais de dinamização da navegação no vale médio do Iguaçu, direcionando para a região a instalação de colônias de imigrantes estrangeiros (BALHANA, 1969).

Nos ciclos do tropeirismo, da erva-mate e da madeira as atividades extensivas se articulavam a um setor de subsistência, com pequenos produtores de alimentos, dificultando o surgimento de produção agrícola diversificada. Atualmente, a região possui as maiores áreas de florestas naturais e tem participação significativa na produção estadual de feijão, batata-inglesa e milho. Os outros produtos que completam esta lista são o fumo, erva-mate e soja. (IPARDES, 2004).

A erva-mate e a madeira compõem os dois ciclos econômicos mais importantes da região, pois contribuíram para a base da formação econômica regional (IPARDES, 2004). No entanto, a atividade ervateira motivou diretamente a ocupação econômica da região, pois exigia quantidades expressivas de mão-de-obra.

Assim, o desenvolvimento da economia na região dependeu largamente de eventos externos. Do avanço da economia do mate e da construção da ferrovia, que propiciaram o crescimento populacional da região, desenvolveu-se um mercado interno de alimentos, o qual viria mais tarde a viabilizar a importação e a fixação de imigrantes europeus na região (LAURENTI, 1985 p.29).

As atividades que aconteciam nos latifúndios com pequena produção alimentar, solos rasos e de baixa fertilidade natural com relevo escarpado foram e são determinantes da ocupação e do desempenho atual da agropecuária regional. A forma de ocupação humana foi mais intensa, após a emancipação da Província do Paraná, com a construção de rodovias, e da imigração de colonos europeus (IPARDES, 2004).

Na região predomina as lavouras temporárias e alimentares, que seguem em ordem decrescente de importância. Na década de 1960, predominavam as lavouras de milho, feijão,

trigo, arroz. Na década de 1970, estavam presentes os mesmos produtos anteriores com inclusão da batata, soja e cebola.

Os números de estabelecimentos rurais se mantiveram estáveis entre os anos de 1995 a 2006. Na mesorregião Sudeste houve um decréscimo de apenas 0,6% na categoria familiar, e um pequeno aumento na agricultura empresarial.

A tabela abaixo mostra a relação de comparação entre agricultores familiares e empresariais dessa região.

TABELA 2 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS NA MESORREGIÃO SUDESTE

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO	Meso.Sudeste				Paraná			
	1995	%	2006	%	1995	%	2006	%
Familiares	35.200	88,4	34.665	88,0	342.925	92,7	335.916	92,7
Empresariais	4624	11,6	4725	12,0	26.882	7,3	26.303	7,3
Total	39.824	100,0	39.390	100,0	369.807	100,0	362.219	100,0

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário.

NOTA: Dados trabalhados pelo autor.

O relativo atraso regional na modernização das condições de produção agropecuária, somado às suas condições naturais e históricas citadas anteriormente, teve como reflexo uma estrutura estável de posse de terra (IPARDES, 2008).

Na estrutura fundiária da região predominam os estabelecimentos com área inferior a 50 ha, os quais representam 88% do total de estabelecimentos, ocupando 38% da área total destes. Por sua vez, os estabelecimentos com área abaixo de 10 há, concentram quase a metade da população local (IPARDES, 2008).

A estrutura fundiária tem se mantido estável, mantendo o destaque dos produtores familiares. Esta mesorregião, em termos ambientais, preserva o maior contingente de floresta de araucárias do Paraná, sendo a terceira área no comparativo mesorregional. (IPARDES, 2008).

Segundo pesquisa do (IPARDES, 2008), nos anos de 1995, o Paraná registrava 369.875 estabelecimentos rurais, representando uma redução de 96 mil estabelecimentos em relação a 1985. No entanto, no censo de 2006, aparece com 373.238 estabelecimentos rurais. Os estabelecimentos de economia familiar correspondiam, em 1995, a 85,9% do total, mesmo

ocorrendo a redução citada. A participação da agricultura familiar, segundo pesquisa do IPARDES (2008), na área total, é de apenas 27,7%. Esses números revelam juntos a importância e a fragilidade da agricultura familiar: a importância porque a participação da agricultura familiar é muito expressiva nas principais atividades do meio rural, superior à sua participação na área total; a fragilidade porque as incertezas ligadas ao setor ainda são grandes e ele depende do apoio governamental.

Segundo dados publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, divulgados em 2006, os estabelecimentos familiares representam 84% do total de estabelecimentos, cerca de 4,2 milhões de estabelecimentos. Ocupam 35,5% da área total rural do Brasil e são responsáveis por 37,9% do Valor Agregado da Produção Agropecuária Nacional e também 70% da mão-de-obra do campo. Os agricultores familiares são considerados mais eficientes no uso do crédito, mesmo recebendo pouca ou nenhuma assistência técnica e com maioria tendo enormes dificuldades para acessar as políticas públicas, principalmente, a do crédito rural.

Em todas as regiões do Estado, a agricultura em regime familiar é maior quanto ao número de estabelecimentos e pessoal ocupado. Tomando a média estadual como parâmetro, as mesorregiões com maior presença da agricultura familiar, inclusive em termos de área dos estabelecimentos, são: Sudoeste, Oeste, Sudeste e Metropolitana de Curitiba. (IPARDES, 2004).

Dentre estas a mesorregião Sudeste será abordada no presente trabalho, pois se destaca pela predominância de agricultores familiares, diferentemente da mesorregião Centro-Oriental, que apresenta um segmento de agricultura empresarial muito significativo. Dessa forma, busca-se a comparação destas duas estruturas agrárias marcadas por diferenças regionalmente definidas.

CAPÍTULO 3

FORMAÇÃO DAS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES REGIONAIS A PARTIR DE PROCESSOS HISTORICO-GEOGRAFICOS DISTINTOS NO PARANÁ TRADICIONAL

O objetivo deste capítulo é contextualizar as mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste Paranaense. O que se pretende é comparar as duas mesorregiões a partir da sua formação histórica e geográfica. O que direciona essa contextualização é a análise regional, usando como base o conceito de região para realizar este trabalho de comparação entre duas mesorregiões.

Enfim, procurou-se analisar a formação da estrutura agrária com bases definidas e complexas, ligadas ao meio rural. Como destaca Cunha:

No Paraná Tradicional, os movimentos homogeneizadores tiveram que lidar com uma “sociedade agrária complexa e bem estabelecida”, não muito receptiva ao que se ofereceu a ela. Nas demais grandes regiões do estado as sociedades agrárias pré-existentes já tinham sido fundadas sob a égide do moderno mercado capitalista, o que as tornavam muito bem adaptadas aos estímulos do processo modernizador, conforme foi imposto a partir de diversos vetores exógenos. Está claro a existência de uma questão regional envolvendo a problemática do desenvolvimento rural no Paraná.(Cunha,2003,p.33)

Dessa forma, torna-se fundamental as abordagens regionalizadas da realidade paranaense para que se possa qualificar o conhecimento desta realidade, subsidiando diagnósticos e políticas e programas públicos que visam transformar os quadros de subdesenvolvimento ainda presentes nesta região.

3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL E A RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NO PARANÁ TRADICIONAL

No Brasil, em termos históricos e geográficos, a ocupação de novas áreas tem como característica a intensificação das atividades agropecuárias. A mineração, a extração vegetal e a agricultura monocultora de exportação foram as atividades econômicas desenvolvidas no Brasil que determinaram a forma de ocupação do território brasileiro até o século XX. Estas atividades eram predominantemente rurais, mas algumas interpretações do Brasil questionaram esta origem, ao afirmarem que:

No Brasil ‘pioneiro’ dos grandes domínios agrícolas e das extensas áreas cultiváveis, na realidade, todos tinham como propósito buscar uma riqueza que resultava muito mais da ousadia do que do trabalho. Daí poder-se afirmar que ‘não foi a rigor uma civilização de raízes rurais’ (HOLANDA, 1978, p. 41).

Em se tratando do estado do Paraná, a ocupação européia começou no litoral, no século XVII, liderada pela população de origem portuguesa. O que promoveu esta ocupação foi a busca do ouro de aluvião nos rios que correm pelas encostas da Serra do Mar. (Cunha,2003).O que resultou dessa atividade mineradora foram os núcleos urbanos de Paranaguá, Antonina e Morretes.Ainda neste mesmo século XVII, os mineradores começaram a ocupação do planalto, onde hoje se localiza Curitiba.

Como destaca Fajardo (2006), houve uma ocupação um tanto quanto irregular, sem planejamento, sendo o povoamento escasso.Do ponto de vista econômico, a passagem das tropas que iam de Curitiba a Guarapuava, estabeleciam pontos de fixação que constituíram núcleos, que efetivaram esta ocupação.Com o declínio do ouro, surgiu o desenvolvimento da pecuária, pois as pastagens naturais e os campos facilitavam esta atividade.

Os solos e climas influenciaram a organização econômica colonial do Paraná (PADIS,1981). Mas outros aspectos físicos também foram importantes, como a vegetação que permitia o surgimento de algumas atividades: os campos permitiram a criação de gado; as matas, a exploração madeireira. Como afirma Martins, “ a paisagem vai determinar a civilização parananense..”(1989,p.8)

Nas sociedades agrárias tradicionais, esta interação sociedade-natureza era fundamental. Como as duas mesorregiões se localizam no Paraná Tradicional, abordou-se a formação territorial de ambas de forma conjunta.

A localização geográfica destas mesorregiões vai definir suas características físicas. Ambas se localizam ao sul do Trópico de Capricórnio, na faixa chamada de zona Temperada do Hemisfério Sul, os que fazem com que alguns produtos tropicais não sejam cultivados nesta região, como afirma CUNHA. Este autor informa ainda que parte desta região é dominada por planaltos, que também influenciam no clima, e, destarte, nos cultivos e na vegetação local.

“a vegetação do sul do Brasil consiste de dois tipos principais: as densas matas sempre verdes que, excluindo as araucárias, são compostas de árvores tropicais latifoliadas, e campos limpos que fisicamente se assemelham às estepes das zonas temperadas”. Nas regiões de planaltos do sul do Brasil “a mata sempre verde” apresenta como destaque a presença da araucária (*Araucaria angustifolia*) chamada popularmente por “pinheiro-do-paraná”(CUNHA apud WAIBEL,1979,228)

No Paraná Tradicional, a mata de araucárias envolve os campos, que possuem também alguns pontos de matas. Temos as duas mesorregiões localizadas perto uma da outra, mas uma com predomínio de campo e a outra com mais mata e relevo acidentado, que já demonstra um aspecto de diferenciação entre elas.

Em uma descrição de WAIBEL, citada por CUNHA, a oposição entre campos e matas e desdobrada nos resultados relacionados a ocupação humana destas duas diferentes formações florísticas, resultando em diferentes modos de vida muito bem marcados pelo autor:

Nas áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que fundamentalmente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra estabelecendo lares de tipo europeu. Nos campos vizinhos vive o fazendeiro, de origem luso-brasileira, que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades e tem como empregados negros e mulatos, descendentes de antigos escravos. Com frequência, conservam um modo de vida quase medieval, de tipo feudal e aristocrático; consideram o colono laborioso como inferior, e são arrogantes e presunçosos nos seus contatos com ele (1979, p. 230-231).

Com esta citação de WAIBEL, fica claro a oposição entre as mesorregiões, diferenciando além dos termos naturais, mas também os de povoamento. Isso nos mostra que a formação da paisagem, sua geomorfologia, clima, fazem com que uma região se diferencie em relação a outra, mas também cada uma pode se caracterizar em algum aspecto.

Como se pode ver, em se tratando de sistemas de produção agrário, vê-se que a pecuária se destaca mais em região de campos, como a região dos Campos Gerais, que faz parte da mesorregião Centro-Oriental. Esta mesorregião apresenta solos mais fracos para alguns cultivos. Além disso, estes campos não eram disponibilizados para os imigrantes que chegaram apenas pequenas áreas, para sua subsistência.

Já na mesorregião Sudeste, onde a maioria dos imigrantes se estabeleceu, a paisagem é diferente, com áreas de matas e relevo acidentado que não facilita a pecuária, mas permitiu outros cultivos, como milho, feijão, batata. Estes imigrantes se caracterizam como agricultores familiares, que possuíam pequenas áreas para cultivo.

Nesta primeira parte do capítulo, procurou-se mostrar como os elementos naturais influenciam o estabelecimento de modos de vida adaptados àqueles elementos que dominam em determinadas regiões. Evidentemente, isto é marcante em sociedades agrárias tradicionais, mas marcando e definindo estruturas agrárias específicas que influenciam nos rumos das trajetórias de desenvolvimento regionais.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DAS MESORREGIÕES DE ESTUDO

Em relação aos aspectos históricos da formação das mesorregiões Centro-oriental e Sudeste Paranaense, procuraram-se fazer um breve comentário sobre as ocupações territoriais nacionais, chegando ao estado do Paraná e as mesorregiões.

De acordo com Hauresko; Moteka (2008), que cita Petrone (1984), a chegada de D. João VI ao Brasil em 1808, ofereceu uma facilidade a mais para a colonização do Brasil por europeus. Segundo Nesse contexto, no século XIX, havia grande número de pessoas dispostas a deixar seus países de origem e emigrar para a América. Mas só no final do século XIX intensificou-se a imigração de europeus para o Brasil.

Historicamente no Brasil, a agricultura camponesa desempenhou papel crucial para o desenvolvimento das grandes culturas de exportação, pois garantia a produção de alimentos para o abastecimento interno (PRADO Jr, 1979). Este mesmo autor destaca que não havia interesse do grande estabelecimento na produção do excedente de alimentos para a população não agrícola da colônia. Os produtos para alimentação eram produzidos na propriedade mesmo, pela iniciativa do senhor das terras ou pela concessão dele para que os escravos tivessem sua produção própria.

Nesta mesma época, os fazendeiros que cultivavam café, estavam prestes a ficar sem escravos. Como descreve Hauresko, “[...] devido à forte pressão internacional contra o trabalho escravo, o governo aprovou a lei que finda o costume de quem trabalha pode adquirir a terra onde vive por meio de ocupação”. Assim, ficam proibidas as aquisições de terras públicas por outro título que não seja o de compra. Com isso, as elites conseguiram garantir a posse das terras.

Quanto à posse e propriedade da terra, até a independência do Brasil, o sistema de sesmarias era a única forma de acesso à terra. Após 1822, a ocupação de novas terras e o seu registro junto às paróquias permitia a sua apropriação, mas este sistema foi proibido com a lei de terras de 1850.

De acordo com esta lei, toda terra não ocupada até o momento foi declarado pública e o acesso à terra passou a ser condicionado à compra. Isso impediu que os escravos libertos em 1888 e os imigrantes que chegavam para substituí-los tivessem acesso a terra. A apropriação fraudulenta das terras após 1850, com falsificação de títulos deu origem às terras devolutas, um dos agravantes da situação fundiária atual.

No Império, a colonização e a imigração estavam em poder do governo central, mas

este era pressionado pelos interesses das províncias que ora se colocavam favoravelmente à condição do imigrante como pequeno proprietário no núcleo colonial, ora como mão-de-obra para a fazenda de café. Coube a República passar para atribuição do Estado o controle sobre a colonização e imigração (HAURESKO; MOTEKA, 2008).

Como se sabe, os grandes latifundiários exercem e sempre exerceram poderosa influência sobre as decisões dos estados federados. Assim, era desejo dos grandes fazendeiros utilizarem os imigrantes como força de trabalho nestas propriedades. Dessa forma, tornavam-se uma parte intermediária entre os escravos e os grandes latifundiários. Segundo Brandenburg (1998, p.76), “os agricultores não participaram da história da ocupação e colonização do território brasileiro, apenas na forma de agregados dos grandes domínios agrícolas”. Quando a corte veio ao Brasil “[...] devia ter a implantação da pequena propriedade ao lado da grande propriedade, ser subsidiária desta e não concorrer com ela no mercado de trabalho” (PETRONE, 1984, p. 17).

Assim, a pequena propriedade passou a ser uma classe intermediária entre os latifundiários e os escravos. O imigrante trouxe também experiências novas, técnicas próprias da sua terra, do seu país. Isso para o Brasil foi de grande valia, mas de acordo com Balhana (1969), isso, posteriormente, não aconteceu, pois os imigrantes se adaptaram ao sistema econômico e social existente.

Separada de São Paulo em 1853, criou-se a Província do Paraná com a proliferação de estabelecimentos rurais. Segundo Martins:

O meio urbano e o meio rural se define, realmente, no Paraná depois da emancipação em 1853 – época em que, como vimos, começa realmente o seu povoamento pelos grandes grupos de imigrantes estrangeiros, uns como os poloneses, de vocação marcadamente agrícola, outros como os alemães e franceses, mais nitidamente urbanos, enfim os que fizeram como os italianos, uma espécie de ligação entre esses dois mundos. Mas no Paraná dos primeiros cinquenta anos do século 19, as expressões ‘meio urbano’ e ‘meio rural’ não tinham sentido; tudo era, na realidade, um vasto meio rural’ (MARTINS, 1989, p. 286-287).

A partir de 1850, o governo provincial empreendeu um amplo programa de colonização, com alemães, italianos, poloneses e ucranianos, que contribuíram decisivamente para a expansão da economia paranaense e para a renovação de sua estrutura social. No final do século XIX, a erva-mate e a madeira dominaram a economia e criaram uma fonte de riqueza, que iniciou um novo período de crescimentos.

A história oficial do Paraná principia em 29 de agosto de 1853 com a lei assinada pelo Imperador Dom Pedro II, que desmembrou a região da Província de São Paulo.

A partir da década de 1920 as porções norte e oeste do estado do Paraná passaram a ser novas regiões da fronteira agrícolas. A ocupação foi realizada priorizando a pequena propriedade, com o desenvolvimento de extração florestal, produção de café e produção de alimentos. A ocupação contou também com migrantes do Rio Grande do Sul, paulistas, mineiros e dos estados do Nordeste. Os anos do final da década de 1960 e início da década de 1970 foram caracterizados pelo início da modernização da agricultura brasileira.

Segundo estudo de Hauresko & Moteka, na região do Paraná Tradicional, existe uma numerosa população de pequenos proprietários. E que após a época da instabilidade na mineração, das fazendas pecuaristas, do tropeirismo, da atividade madeireira, passa a ser inexistente a partir da criação dos núcleos de imigrantes europeus instalados nessas pequenas propriedades. Alguns estudiosos destacam este acontecimento como estabilizador do campo brasileiro.

O surgimento de centros urbanizados e a exploração das grandes propriedades de culturas voltadas ao mercado internacional exigiam medidas que também estimulassem a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Assim é que se justificam as correntes imigratórias que a partir de 1875 formaram importantes colônias de origem bastante heterogêneas, como italianos, alemães, poloneses, suíços e russos (BRANDENBURG, 1998, p. 79).

Os colonos agrupavam-se em aldeias, que eram formadas próximo às terras em que desenvolviam um sistema de produção baseado na pequena propriedade (BALHANA, 1969). De acordo com Santos (2007), os imigrantes estrangeiros que se instalaram no estado do Paraná, nas décadas de 60 e 70, foram incumbidos de atender a uma produção de subsistência e mercantil. E, para o Paraná, ele completa que, a explicação do sistema de colonização deve ser feita a partir da produção de subsistência autônoma, isto é, fora da grande lavoura exploradora.

O estado do Paraná, antes da colonização européia, apresentava dinâmicas bem particulares, com baixíssima densidade demográfica e baixa produção na agricultura. A região, em questão, neste período é contornada por uma estrutura de estabelecimentos de elevadas dimensões territoriais, pertinentes ao desejo de posse de grandes reservas de pinheiros, assim como, completamente à atividade madeireira, surgirá uma pecuária de caráter extensivo (HAURESKO; MOTEKA, 2008, p. 1083).

A erva-mate e a madeira compõem os dois ciclos econômicos mais importantes da região, contribuíram para a base da formação econômica regional (IAPAR, 2004). Contudo, a atividade ervateira não motivou diretamente a ocupação econômica da região, beneficiou mais a fixação de serviços do que de colonização efetiva da região.

Conforme alguns estudos, nenhuma atividade em especial foi a causa da ocupação mais efetiva da terra. No caso da madeira, foi apenas exploratória, sem muitos vínculos com a terra. Não houve grandes investimentos nas terras da região pelos madeireiros da época.

Esses dois ciclos resultaram em formas de ocupação diferenciadas, apesar de pouco expressivos em termos de ocupação, mas colaboraram de certa forma para a estruturação agrária.

A outra atividade que desempenhou um papel de ocupação, mas que de forma não determinante foi a atividade agropecuária onde teve um expressivo desenvolvimento na região de campos, com solos rasos e a baixa fertilidade natural com relevo montanhoso, foram determinantes na ocupação e desempenho dessa atividade. Com essas características, destaca-se a região de Ponta Grossa e Guarapuava. O desenvolvimento da pecuária em núcleos que iam de Curitiba até Guarapuava foi estimulado pelo declínio na procura de ouro, que motivava a presença inicial dos portugueses a partir do litoral paranaense (SOUZA, 1971). O aproveitamento das pastagens naturais das áreas de campo foi fundamental para essa atividade. Que neste caso propiciou a criação de propriedades de grandes áreas, ou seja, por latifúndios. Nesta modalidade não se utiliza tanta mão-de-obra, desta forma não contribuindo para o crescimento populacional.

De acordo com Wachowicz (1972), pode-se dizer que o território paranaense não era uma região bem povoada, mas com sertões brutos e desabitada, no início do século XIX. Existiam alguns núcleos isolados no interior, em Guarapuava, Tibagi, Castro, entre outros.

As autoridades provinciais conhecedoras da situação decadente das estruturas sócio-econômicas da maioria das áreas do Paraná alimentaram a esperança de que a introdução de novos contingentes populacionais imigrados proporcionaria condições de mudança e progresso agrários para a Província. Na verdade, a imigração, na expectativa dos seus promotores oficiais, era considerada, já há algum tempo como fator de progresso agrário (BALHANA, 1969, p. 76).

Assim, o território referente a região de ocupação de povos de origem européia no Paraná ia se integrando neste lugar de paisagem diferente, com atividades e sistemas agrícolas e de organização relacionados à força de trabalho. Essas áreas onde as colônias de imigrantes foram criadas eram, no início, desprezadas pelos pecuaristas. Sendo assim, a agricultura de subsistência se manteve por um tempo, mas sem agregar muito, pois tiveram que se adaptar aos costumes já presentes.

O sistema de colonização estrangeira no Paraná, desde o tempo da Província, pretendia estabelecer no Estado um “civilização” camponesa, à maneira da Europa. Formavam-se colônias com distribuição de terras para a agricultura, no regime das pequenas propriedades agrupadas ao redor de uma aldeia, visando o abastecimento das cidades. Os colonos, que eram camponeses europeus, deveriam aqui desenvolver a mesma atividade que exerciam em seus países de origem, com as mesmas técnicas. (MACHADO, 1968, p.51).

Na verdade, enfrentaram muitas dificuldades, pois se depararam com relevo que dificultava a abertura de estradas, mata densa. E foram aos poucos interferindo nesta dinâmica local para poderem sobreviver. Para o governo da época, os imigrantes europeus instalados nestas pequenas propriedades, deveriam modificar esta paisagem, pois eram dotados de novas experiências agrícolas e hábitos adquiridos em seu país de origem. E era o que se esperava deles, que viessem para transformar e para contribuir para melhorar a situação de atraso que o país se encontrava. Estes imigrantes precisaram ser desbravadores destas terras, pois só assim seriam os proprietários enfim da propriedade apresentada a eles.

Como destaca Balhana (1969), a imigração acrescentou elementos de renovação no espaço rural das regiões onde se instalou. A imigração iniciou a pequena propriedade, com a unidade familiar no comando das relações de trabalho. No entanto, no Paraná Tradicional, não ocorreu muito um dinamismo econômico, mas sim no que se refere aos sistemas agrários, “[...] geralmente, o imigrante aderiu às práticas primitivas utilizadas pela gente da terra, seja porque não encontraram possibilidades para a conservação de suas técnicas de agricultura intensiva, seja porque não as traziam em sua bagagem” (MARTINS *et al*, 1968). E muitos destes núcleos coloniais tiveram que se reduzir a uma agricultura de subsistência.

A estrutura fundiária do Paraná Tradicional baseia-se no **sistema latifúndio-minifúndio**. A presença do latifúndio pode ser explicada pelo fato da ocupação da região ter ocorrido no período em que a constituição de grandes fazendas dependia de uma concessão de terras (sesmarias), pelas autoridades nomeadas pela coroa. O que acontecia é que as terras eram primeiramente ocupadas por fazendas, concretizando a posse, e depois se requeria a regularização a partir da concessão. O mais importante era demonstrar a disposição e condições de exploração da terra, algo que estava de acordo com os interesses econômicos e políticos portugueses naquela época. (CUNHA, 2003, p.41)

Mas a maioria dos fazendeiros que recebiam as sesmarias eram paulistas que não residiam nestas fazendas, que ficava por conta dos escravos. Com o tropeirismo muitos proprietários começaram a residir nas fazendas, pelo fluxo monetário gerado por essa atividade. (BALHANA, 1969).

Mas sem dúvida temos claro que “ as atividades relacionadas ao tropeirismo conviviam com outras atividades ligadas ao ciclo ervateiro e com a agricultura de subsistência”(CUNHA,2003,p.48). O ciclo do mate no início era importante como produto de consumo, e a partir do século XVIII, cresceu a sua importância comercial.Essa esse interesse do agricultor que apenas se dedicava a agricultura de subsistência, e trocou atividade ervateira,provocou crise no abastecimento de alimentos.(PEREIRA,1996)

O que é importante ressaltar, conforme descreve CUNHA , é que a crise se instalou sobre uma estrutura frágil.As pastagens eram fracas e a criação de gado ocorria de forma rudimentar, como cita RIBEIRO(1989).

Para um esclarecimento sobre esta fragilidade da estrutura produtiva, destaca-se um comentário de OLIVEIRA, citado por CUNHA:

Também pesavam as deficiências dos Campos Gerais enquanto uma região pastoril, cujas condições eram inferiores na qualidade dos pastos e solos em comparação com a Campanha dos Pampas⁴⁴ (...) as limitações espaciais das áreas de campos no Paraná, cerca de 33.000 Km ou 16 % do Paraná, compartimentados entre si nas seções dos Campos Gerais, de Guarapuava e de Palmas [além dos campos de Curitiba], não permitiram acomodar a produção local e as invernadas para dezenas de milhares de animais vindos do sul nos anos de pico do tropeirismo.(OLIVEIRA apud CUNHA,2000, p. 95).

Mas , por outro lado, neste mesmo contexto de crise, os produtores que trabalhavam sozinhos como agricultores de subsistência, também viviam de forma precária, mesmo residindo perto da mata, onde podiam buscar outras alternativas.

CUNHA destaca que a imigração intensificou-se no Paraná na metade do século XIX, com o objetivo de suprir a carência de mão-de-obra No entanto, a intenção das políticas de imigração como destaca Machado (1968), era criar no estado uma civilização camponesa como na Europa. Mas não teve grande sucesso, pois os imigrantes se adaptaram as culturas, nível social e econômico locais. Por não conseguirem trazer suas atividades próprias da Europa, devido também as diferenças de estrutura, foram se inserindo no ambiente que encontraram. No entanto, a imigração fez surgir um regime de pequena propriedade e de diversificação de culturas que não se reverteu em crescimento e dinamismo econômico, pelo contrário, continuaram as técnicas primitivas.

No que se refere aos sistemas agrários “geralmente, o imigrante aderiu às praticas primitivas utilizadas pela gente da terra, seja porque não encontraram possibilidades para a conservação de suas técnicas de agricultura intensiva, seja porque não as traziam mesmo em sua bagagem cultural” (BALHANA *et al.*, 1967, p. 365-366). Essa imigração, da qual fazem parte italianos,

alemães, poloneses, ucranianos, entre outros, colaborou para que surgissem os agricultores familiares, hoje, em grande número não só no estado.

Assim, pode-se ter uma idéia de como se iniciou o povoamento nesta região do Paraná Tradicional, e onde se inclui as mesorregiões Sudeste e Centro-Oriental, que são o objeto de estudo deste trabalho.

CAPÍTULO 4

A ESTRUTURA AGRÁRIA DAS MESORREGIÕES DE ESTUDO

A análise dos dados das mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste Paranaense a respeito da sua estrutura agrária envolvem muitos aspectos relevantes. Para que se obtenha um resultado positivo que contribua para esclarecimentos a respeito da dinâmica socioeconômica destas mesorregiões é preciso pesquisa através dos Censos Agropecuários fornecidos pelo IBGE. Pesquisas feitas pelo IPARDES, também nos auxiliam nesta pesquisa. Os dados encontrados fazem com que sejam delimitados, com maior clareza, a situação específica de cada mesorregião citada.

Neste trabalho serão avaliados os fatores econômicos, que envolve renda, produção e fator social que analisa população. Mas, também serão posicionadas as duas mesorregiões de acordo com sua estrutura de propriedades, situação que cada mesorregião se apresenta estruturada ao nível de agricultura familiar e empresarial.

Neste sentido, onde envolvem vários pontos significativos, ocupações das pessoas, produção, distribuição das pessoas neste segmento, entre outros e a relação entre estas pessoas. A relação entre os proprietários, os agricultores e a terra utilizada é conceituada, pelos estudiosos, como estrutura agrária e estrutura fundiária. A expressão estrutura agrária é usada em sentido amplo, que significa a forma de acesso à propriedade da terra a à exploração da mesma, indicando as relações entre os proprietários e os não proprietários, a forma como as culturas se distribuem pela superfície da Terra e como a população se distribui e se relaciona. O sentido usado pela FAO (2007) e por vários órgãos oficiais e expressão estrutura agrária corresponde ao estudo das formas de acesso à propriedade da terra e à maneira com esta é explorada, tendo assim grande importância as relações existentes entre proprietários e trabalhadores agrícolas não proprietários. Diante disso, pode-se entender melhor o sentido dos dados que serão apresentados sobre a população, estabelecimentos, valor de produção entre outros de cada mesorregião.

De acordo com o Censo Demográfico 2000, a população do Estado do Paraná era de 9.563,458 pessoas, sendo que 81,4% na área urbana e 18,6% na área rural. (Tabela 3). E na área rural 46,7% da população ocupada estava concentrada principalmente em quatro atividades, a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal. A interação entre estas atividades se dá de forma diferenciada entre as diferentes mesorregiões do estado, mas a que mais se destaca é a agropecuária. Uma das que mais se destaca é a Sudeste com 59,7% das

pessoas ocupadas com essas atividades e a mesorregião Centro-Oriental com 32,9%. Mas qualquer influência relacionada ao processo produtivo da agropecuária, como efeitos climáticos, mudanças na base produtiva, que afetam direta esta população deve ser analisada.

A população domiciliada no rural encontra-se fortemente concentrada em atividades relacionadas à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, alcançando 78,9% do total das pessoas ocupadas nos municípios rurais paranaenses. Estes dados confirmam que a atividade dominante é a agropecuária.

A partir dos dados da população ocupada, segundo as atividades de trabalho, reitera-se a relevância do setor agropecuário para a dinâmica da vida social das mesorregiões pesquisadas. Com isso, lembramos que Abramovay (1999) “[...] dado o peso das atividades agropecuárias no meio rural, elas terão durante muito tempo um peso determinante.”

É necessário, contudo, aprofundar e analisar as particularidades das regiões paranaenses, que não são homogêneas, conforme abaixo:

A modernização da agricultura não levou a um processo de monoginização do rural no que tange aos seus aspectos sociais, produtivos, técnicos, biológicos, espaciais e cognitivos. Nesse sentido um primeiro aspecto a ser considerado é a heterogeneidade do espaço sócio-geográfico (BRANDENBURG; FERREIRA e SANTOS, 2004).

Esta diferença entre as mesorregiões pode ser encontrada através das ocupações agrícolas, número de estabelecimentos, onde se observa uma diversidade de funções, características. Que apresenta traços de peculiaridade regional, como veremos no decorrer do trabalho.

TABELA 3 – POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – PR – 1995/2006

Ano	População residente					
	Número			%		
	TOTAL	Urbana	Rural	TOTAL	Urbana	Rural
1995	9.003,804	7.011.990	1.991,814	100,00	73,4	26,6
2000	9.563,458	7.786.084	1.777.374	100,00	81,4	18,6

FONTE : Censos Demográficos - IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

Os dados apresentados pela tabela 3, no que diz respeito à população rural do Estado do Paraná, apresentam, segundo os dados censitários, um decréscimo na taxa de ruralização, sua participação em relação à população total alterou-se de 26,6% em 1995 para 18,6% em 2000. Relativamente, segundo a definição oficial de urbano, houve um acréscimo na taxa de

urbanização de 73,4% em 1995 para mais de 80% em 2000. No entanto, esta taxa não são homogêneas, isto é, não apresenta o ocorrido na ampla maioria dos municípios do Paraná. Mas de acordo com Delgado(1999,p.53)” a redução do pessoal ocupado na categoria trabalho familiar se deve fundamentalmente à desarticulação das unidades produtivas(...), o plantio direto, reduz fortemente a demanda de força de trabalho.” Delgado também ressalta que a redução das pessoas ocupadas na agricultura na década de noventa foi mais intensa do que registrada no censo da década de setenta.

Em uma análise mais detalhada dessas taxas dos municípios paranaenses a partir das mesorregiões de estudo colabora para esclarecer melhor estes dados:

TABELA 4 – POPULAÇÃO RESIDENTE , SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NAS MESORREGIÕES DO PARANÁ – 2000.

Mesorregiões	População residente					
	Número			%		
	TOTAL	Urbano	Rural	TOTAL	Urbano	Rural
Sudeste	377.274	202.084	175.190	100,00	53,6	46,4
Sudoeste	472.626	283.044	189.582	100,0	59,9	40,1
Centro-Sul	533.317	324.571	208.746	100,0	60,9	39,1
Centro-Occidental	346.648	251.525	95.123	100,0	72,6	27,4
Norte Pioneiro	548.190	411.731	136.459	100,0	75,1	24,9
Noroeste	641.084	495.342	145.742	100,0	77,3	22,7
Centro-Oriental	623.356	506.227	117.129	100,00	81,2	18,8
Oeste	1.138.582	929.092	209.490	100,0	81,6	18,4
Norte Central	1.829.068	1.617.547	211.521	100,0	88,4	11,6
Metropolitana de Curitiba	3.053.313	2.764.921	288.392	100,0	90,6	9,5
TOTAL	9.563.458	7.786.084	1.777.374	100,0	81,4	18,6

FONTE: IBGE – Censos Demográficos

NOTA: dados trabalhados pelo autor

Os dados da tabela 4 permitem observar as diferenças territoriais: as mesorregiões mais ruralizadas no Paraná são: Sudeste, Sudoeste, Centro-Sul e Centro-Oriental apresentam uma participação da população rural bem acima da média estadual de 18,6%. Nessas mesorregiões mesmo como predomínio da população urbana, a proporção da população rural é muito significativa, e com predominância de agricultura familiar. E as menores proporções de população rural são encontradas nas mesorregiões Norte e Central e Metropolitana de Curitiba, onde acumulam mais de 4,3 milhões de pessoas na área urbana.

Assim, a tabela 4 revela um panorama diferente daquele apresentado na tabela 1, já que a distribuição da população paranaense por mesorregiões permite considerar os diferentes

comportamentos do rural que é a parte mais significativa deste trabalho e do urbano, bem como localizá-los regionalmente. Em consequência, é que se pode definir não o estado do Paraná genericamente urbano, mas as mesorregiões que melhor correspondem a este perfil, bem como ao perfil do Paraná rural, cuja participação em alguns casos como na mesorregião Sudeste (46 %) ou ainda na Sudoeste passam bem longe da média de decréscimo da população residente no rural apontada pela taxa de urbanização em 2000 de 18%. A desconstrução deste dado ajuda a pensar melhor as diferenças regionais e municipais do estado do Paraná.

Outro dado ajuda no entendimento dessas questões ao permitir observar a diversidade existente entre municípios que compreendem as duas mesorregiões. Os dados mostram a diferença entre população rural entre a mesorregião Centro-Oriental e a Sudeste. A primeira com 28,31% de população rural enquanto a Sudeste com 44,11%, e n qual a maioria de propriedades familiares, que se difere da Centro-Oriental, onde predomina grandes propriedades.

Destaca-se, entretanto, que o número de municípios paranaenses com predomínio da população rural apresenta uma distribuição geográfica bastante peculiar. Os municípios paranaenses cuja população rural é preponderante predominam nas mesorregiões Sudeste, Sudoeste e Centro-Sul, enquanto que nas mesorregiões Noroeste, Centro-Oriental e Norte Central, o número de municípios com preponderância de população rural é menos significativo. Estes dados regionais certamente remete a história regional sobre os *três Paranás*, confirmando que os processos de ocupação e colonização do estado moldaram diferentes tipos de sociedades no território do Paraná. Como mostra Balhana, de três comunidades regionais que contribuíram para formação do Paraná.

Do Paraná tradicional que se esboçou no século XVII, com a mineração do ouro, e estruturou-se no século XVIII sobre o latifúndio campeiro dos Campos Gerais, com base na criação e no comércio do gado; e, mais tarde, nas atividades extrativistas e comércio da erva-mate e da madeira, e as do Paraná moderno, a do Norte, da agricultura do café que, pela origem e interesses históricos, ficou a princípio mais diretamente ligada a São Paulo; e a do Sudoeste e Oeste, dos criadores de suínos e plantadores de cereais que, pela origem e interesses históricos, ficou a princípio mais intimamente ligada ao Rio Grande do Sul. Cada uma dessas ondas de povoamento criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades (BALHANA, 1976, p. 137).

Os dados do Censo Demográfico 2000, analisados no nível territorial de municípios, permitem confirmar traços da permanência desta dinâmica diferenciada observada entre os municípios. O processo histórico de ocupação e colonização do Paraná, como também nos

mostra PADIS (2006), que ocorre em períodos econômicos distintos dando origem à cidades que cresceram à vários ritmos.

4.1 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE

No Paraná, dos 371.051 estabelecimentos existentes, 81,63% enquadram-se na categoria agricultura familiar, ocupando 27,8% da área total dos estabelecimentos. Esses mesmos dados, quando são analisados desagregados nas mesorregiões de estudo, apontam para especificidades regionais, o que é uma das múltiplas dimensões que definem espacialidades próprias ou específicas para o Estado.

Segundo a classificação dos estabelecimentos em familiar e não familiar, o maior número de estabelecimentos esta na mesorregião Centro-Oriental (23,7%), junto com a Norte Central. Na outra ponta, a mesorregião Sudoeste apresenta o maior percentual de estabelecimentos da agricultura familiar (88,9%), seguido pela mesorregião de estudo a Sudeste. (tabela 5).

Para os estabelecimentos da agricultura familiar, em termos absolutos, a mesorregião Sudeste detém o maior número deles, 34.665. Este resultado não é tão expressivo em termos de agricultura não familiar, entre as duas mesorregiões, a diferença maior é quando se trata de agricultura familiar.

Analisando a variável área, observa-se que a mesorregião Sudeste detém 43% da agricultura familiar, mas percebe-se também que mesmo tendo a maioria na categoria familiar comparando com a mesorregião Centro-Oriental, sua área de agricultura não familiar fica muito abaixo. Mas, comparando esta mesma região Sudeste entre familiar e não familiar não mostra muita diferença, a familiar detém 43,91% e a não familiar 56,09%. Já na mesorregião Centro-Oriental esta diferença se mostra maior.

TABELA 5 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR E ÁREA EM RELAÇÃO A AGRICULTURA FAMILIAR, SEGUNDO AS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE - 2006

Mesorregiões	Estabelecimentos			%		
	TOTAL	Agr. n. familiar	Agr. familiar	TOTAL	Agr. n. familiar	Agr. Familiar
Centro-Oriental	19.174	4549	14.625	100,0	23,7	76,3
Sudeste	39.390	4725	34.665	100,0	12,0	88,0
	Área(há)			%		
	TOTAL	Agr. n. familiar	Agr. familiar	TOTAL	Agr. n. familiar	Agr. Familiar
Centro-Oriental	1.659.553	1.472.161	187.392	100,0	88,71	11,29
Sudeste	1.128.202	632.843	495.359	100,0	56,09	43,91

FONTE:Censo Agropecuário -IBGE

NOTA:Dados trabalhados pelo autor

Os dados do Censo Agropecuário 2006 permitem observar mudanças importantes no setor primário do Paraná, tanto em termos fundiários e econômicos quanto em nível social. Entre os movimentos relevantes da agropecuária estadual pode-se citar, primeiramente, o crescimento de 0,3% do número de estabelecimentos no ano de 2006, em comparação ao resultado registrado em 1996, passando de 369.875 mil para 371.051 mil unidades (tabela 5).

Tal variação representa a interrupção do processo de diminuição do número de estabelecimentos, bastante intenso até meados da década passada, segundo estudo do IPARDES (2009). Com a desagregação segundo estratos de área, verifica-se que os estabelecimentos com menos de 10 hectares determinaram a elevação do número total de unidades agropecuárias no Estado, uma vez que cerca de 165 mil propriedades enquadram-se no referido grupo em 2006, acima das 154 mil contabilizadas em 1996 pelo IBGE. Com esse crescimento, da ordem de 7,0%, os estabelecimentos com menos de 10 hectares passaram a representar 44,6% do conjunto das unidades do setor primário do Paraná, elevando a participação de 41,8% observada em 1996.

TABELA 6 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA – PARANÁ – 1995 e 2006

Grupos de Área	1995		2006	
	Número	Part.(%)	Número	Part.(%)
Menos de 10 hectares	154.620	41,28	165.513	44,6
10 a menos de 100 hectares	188.305	50,9	170.403	45,9
100 a menos de 1000 hectares	25.432	6,9	25.112	6,8
1000 hectares e mais	1450	0,4	1191	0,3
Não declarado	68	0,0	8832	2,4
TOTAL	369.875	100,0	371.051	100,0

FONTE:Censo Agropecuário – IBGE

NOTA:Dados trabalhados pelo IPARDES

Por outro lado, os demais grupos de área perderam a representatividade, cabendo mencionar a queda de 50,9% para 45,9% da importância relativa dos estabelecimentos de 10 a menos de 100 hectares e o recuo de 6,9% para 6,8% das unidades na faixa de 100 a menos de 1000 hectares. Em relação à participação com área superior, que engloba as propriedades com área superior a 1000 hectares, houve redução de 0,4%, em 1996, para 0,3% em 2006.

Em um exame pormenorizado, verifica-se que a mesorregião Centro-Oriental (região de Ponta Grossa) apresentou um decréscimo no número de estabelecimentos em todos os grupos de área comparando o censo de 1995/96 e 2006. E tendência oposta, a mesorregião Sudeste (São Mateus do Sul e União da Vitória), registraram aumento na unidades, mas apenas nos estabelecimentos com menos de 10 hectares, sendo que nos outros grupos teve decréscimo também mas com uma menor diferença em relação a mesorregião Centro-Oriental. (Tabela 6).

Estes números mostram que a agricultura familiar se destaca nestas pesquisas com mais relevância na mesorregião Sudeste, dado que já se tinha conhecimento através de outras pesquisas. Sabe-se que a mesorregião Centro-Oriental se destaca por estabelecimentos com grupos de área maior. Nas duas mesorregiões no ano de 2006 se destaca também estabelecimentos não declarados, que refletem também esta alteração no número de estabelecimentos nas mesorregiões. Este aumento no número de estabelecimentos de menos de 10ha na mesorregião Sudeste, indica uma minifundização, onde os proprietários familiares dividem as terras entre os filhos e assim aumenta o número de estabelecimentos.

TABELA 7– NÚMERO DE ESTABELECIMENTO SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 1995/2006.

Mesorregiões	1995				2006			
	Centro-Oriental		Sudeste		Centro-Oriental		Sudeste	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 10 ha	9483	43,50	8437	44,00	14.361	40,83	18.432	46,79
10 a menos de 100 ha	9481	43,50	7560	39,43	19.173	54,50	18.283	46,41
100 a menos de 1.000 ha	2548	11,70	1905	9,93	1530	4,35	1369	3,50
1.000 ha e mais	290	1,33	224	1,20	108	0,31	90	0,23
Não declarado	-	-	1048	5,47	3	0,00	1216	3,10
TOTAL	21.802	100,00	19.174	100,00	35.175	100,00	39.390	100,00

FONTE: Censo Agropecuário – IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

Não obstante, o aumento considerável do número de estabelecimentos agropecuários no Estado, é importante colocar que os resultados do Censo apontam para a continuidade do movimento de concentração fundiária. Tanto é assim, que as unidades com menos de 10 hectares responderam por 4,7% da área total dos estabelecimentos do Paraná em 2006, abaixo da participação de 5,0% referente a 1996. Da mesma maneira, constata-se declínio da representatividade da faixa que abrange as propriedades de 10 a menos de 100 hectares, passando de 33,9%, em 1996, para 31,3% em 2006.(tabela 8)

O que se observa no Paraná Tradicional em relação ao aumento da concentração fundiária acaba por demonstrar que sob efeitos de um estímulo padrão, pontos de partida diferentes (raízes histórico-geográficas) geram respostas distintas. Assim, nas regiões de campos a expansão da soja e do trigo ocorreu numa estrutura fundiária que já apresentava um padrão concentrado, que acabou sendo reforçado. Por outro lado, nas áreas nas quais a vegetação original eram as matas, onde se localizam os faxinais e a extração da erva-mate e uma agricultura familiar com forte presença de agricultores familiares de subsistência, o padrão fundiário manteve-se relativamente estável, com o produtor modernizado correspondendo a uma parcela menos expressiva do que a sua incidência nas áreas de campos, muito embora eles não tenham deixado de crescer, amparados, principalmente, no patrimônio fundiário de cada produtor(CUNHA,2003,p.105)

TABELA 8 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIOS E GRUPOS DE ÁREA, SEGUNDO AS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 1995/2006

Mesorregiões	1995				2006			
	Centro-Oriental		Sudeste		Centro-Oriental		Sudeste	
	área	%	Área	%	Área	%	área	%
Menos de 10 há	42.394	2,2	72.921	6,0	32.094	1,9	83.507	7,4
10 a menos de 100 ha	302.205	15,7	569.396	46,6	233.581	14,1	513.228	45,5
100 a menos de 1.000 ha	751.507	39,0	371.322	30,4	562.198	33,9	346.619	30,7
1.000 há e mais	830.356	43,1	208.678	17,1	831.681	50,1	184.850	16,4
Não declarado	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.926.462	100,0	1.222.317	100,0	1.659.554	100,0	1.128.204	100,0

FONTE:IBGE – Censo Agropecuário - IBGE

NOTA:Dados trabalhados pelo autor

No que tange à área, é possível notar a diminuição principalmente em quase todos os grupos de área, menos nos de menos de 10 hectares. Com aumento também na área dos

estabelecimentos com 100 ha e mais. Mas no geral da esfera mesorregional, foi possível notar uma diminuição de -4,1% dos espaços dos estabelecimentos, com totalização de 15,3 milhões de hectares em 2006, e em 1995/96 15,9 milhões. O que pode ser resultado de criação de áreas de conservação ambiental, à demarcação de novas terras indígenas, à ampliação da infraestrutura, e ao avanço da urbanização, segundo estudos do IPARDES (2009).

A diminuição das áreas acima de 10 ha, nas duas mesorregiões, mostra uma mudança onde pode ser resultado de vários motivos. Um primeiro resultado já citado acima, sobre criação de áreas de conservação ambiental e outros como divisão de terras em áreas menores, pelos próprios proprietários. Pois o aumento de área só apareceu nos estabelecimentos com menos de 10 ha.

TABELA 9 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO ESTABELECIMENTO, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 2006

Mesorregião Geográfica	Número de estabelecimentos Agropecuários (Abs)				Número de estabelecimentos Agropecuários (%)			
	Total	Proprietário	Assentado	Arrendatário	Total	Proprietário	Assentado	Arrendatário
Centro-Oriental	14625	11289	484	791	76,3	58,9	2,5	4,1
Sudeste	34665	27559	499	2252	88,0	70,0	1,3	5,7

FONTE: Censo Agropecuário – IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

Da ótica da condição do produtor em relação às terras, nos 302.907 estabelecimentos da agricultura familiar do Paraná 64,8% dos produtores encontram-se na condição de proprietários, sendo que 70,0% dos proprietários está na mesorregião Sudeste e 58,9% na Centro-Oriental. No sentido de comparação da tabela 9, ser comparada com os dados do Censo Agropecuário de 1995 realizado pelo IBGE, não se torna possível. Pois nesta informação sobre condição do produtor a condição de assentado não existia na pesquisa de 1995. Mas se tratando de proprietários o número nas duas mesorregiões diminuíram, assim como nos arrendatários.

Analisando estes dados é necessário ter presente que esse resultado nas mesorregiões está associado a dinâmicas socioeconômicas e processos históricos de ocupação e colonização. E de acordo com CUNHA (2003), é importante perceber que os movimentos localizados observados na estrutura fundiária, e também na condição dos produtores, guardam

consonância com as reconversões produtivas na qual políticas modernizantes foram implementadas.

4.2 CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES AGRÍCOLAS NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE

A ocupação é considerada como “função, cargo, profissão ou ofício desempenhado por uma pessoa numa atividade econômica” (IBGE, 2002). Nesta seção são consideradas ocupações agrícolas, aquelas compostas pela categoria de trabalhadores agropecuários, florestais, caça e pesca. Este grande grupo apresenta quatro subgrupos principais:

- 1) Os produtores na exploração agropecuária: produtores agropecuários em geral, produtores agrícolas, produtores em pecuária,
- 2) Trabalhadores na exploração agropecuária: supervisores na exploração agropecuária, trabalhadores na exploração agropecuária em geral, trabalhadores agrícolas, trabalhadores na pecuária;
- 3) Pescadores, caçadores e extrativistas florestais: supervisores na exploração florestal, caça e pesca, pescadores e caçadores, extrativistas florestais; e
- 4) Trabalhador da mecanização agropecuária e florestal: trabalhadores da mecanização agropecuária, trabalhadores da mecanização florestal, trabalhadores da irrigação e drenagem.

O que se faz interessante aqui, é compreender algumas particularidades da posição na ocupação (isso quer dizer a relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha (IBGE, 2000, p. 113) agrícola da população ocupada na área rural das mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste Paranaense, na agricultura familiar; e, também, na não familiar. São informações que permitem uma aproximação a respeito de diferentes dinâmicas do processo de trabalho e desenvolvimento destas regiões.

Antes de mostrar as ocupações nas mesorregiões, vejamos a participação paranaense na área rural agrícola e não agrícola. Em torno de 45,4% (494.970) da população total ocupada nos municípios estava inserida em ocupações agrícolas, sendo que só na mesorregião Sudeste a ocupação agrícola é de 59,3%, já do lado oposto a Centro-Oriental tem o menor percentual do estado em ocupações agrícolas 32,9%. Segundo a PNAD, em 2006, cerca de 1,046 mil pessoas encontravam-se ocupadas na agropecuária do Paraná, o que corresponde a 20% do total de ocupados no Estado.

**TABELA 10 - PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS
SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO Á AGRICULTURA
FAMILIAR, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE -
2006**

Mesorregião Geográfica	Pessoal Ocupado em estabelecimentos Agropecuários (Abs)			Pessoal Ocupado em estabelecimentos Agropecuários (%)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Centro- Oriental	60.638	23.906	36.732	100,00	39,4	60,6
Sudeste	112.416	16.222	96.194	100,00	14,4	85,6

FONTE: Censo Agropecuário – IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

A análise dos dados relativos ao pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários nas duas mesorregiões de estudo aponta 173.054 de pessoas ocupadas, sendo que só na mesorregião Sudeste 85,6% esta ocupada na agricultura familiar. Evidenciando a importância desses estabelecimentos na dinâmica do mercado de trabalho.

Essa variável, quando observada regionalmente, mostra a predominância, de ocupados com a agricultura familiar na mesorregião Sudeste, cerca de 96.194 pessoas, das 112.416 apresentadas como ocupadas com agricultura. Já na Centro-Oriental já se reduz, cerca de 36.732 pessoas, mesmo assim um pouco maior do que as não familiares.

A mesorregião Sudeste tem a maioria das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, e que residem na área rural. Sendo que 88.051 pessoas declararam que residem no estabelecimento. Na Centro-Oriental as ocupações em atividades agrícolas é uma das menores do estado, e também mesmos as que se ocupam não tem domicílio na área rural. E nesta mesorregião Centro-Oriental também se observa analisando dados que as propriedades são maiores e as pessoas que trabalham no local são empregados e não residem ali. Outro dado encontrado foi o de estabelecimentos onde os produtores declararam ter também atividade fora do estabelecimento (Tabela 11).

TABELA 11 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM QUE O PRODUTOR DECLAROU TER ATIVIDADE FORA DO ESTABELECIMENTO - 2006

Tipo de atividade	Estabelecimentos		
		Centro-oriental	Sudeste
Total	Total	5535	10033
	Não Familiar	1756	2118
	Agricultura Familiar	3779	7915
Agropecuária	Total	2163	5168
	Não Familiar	693	869
	Agricultura Familiar	1470	4299
Não-Agropecuária	Total	3307	4563
	Não Familiar	1032	1146
	Agricultura Familiar	2275	3417
Agropecuária e não-agropecuária	Total	65	302
	Não Familiar	31	103
	Agricultura Familiar	34	199
Não tinha atividade econômica fora do estabelecimento	Total	13.639	29357
	Não Familiar	2793	2607
	Agricultura Familiar	10.846	26750

FONTE : Censo Agropecuário - IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

De acordo com dados da tabela acima, a agricultura familiar é a que mais realiza trabalhos fora do estabelecimento, mas a maioria só trabalha na propriedade. Geralmente, isso ocorre para complementar a renda na propriedade.

A mudança na base técnica de produção, iniciada com a modernização tecnológica da agricultura na década de 1970, resultou em redução das ocupações agrícolas, pela substituição das atividades que demandavam grandes contingentes de trabalhadores por lavouras mecanizáveis. Em pesquisas realizadas pelo IBGE demonstra que houve a desaceleração nas ocupações por conta própria nos anos 90, mas é provável que a criação de políticas públicas tenha contribuído para a recuperação desta categoria.

Segundo a PNAD, em 2006, cerca de 1,046 mil pessoas encontravam-se ocupadas na agropecuária do Paraná, o que corresponde a 20% do total no Estado. O número de ocupados agrícolas, entre 2002 e 2006, decresce na posição de empregado temporário e trabalhador não-remunerado membro da unidade familiar; mantém estável na unidade de empregado permanente e cresce na categoria de empregador e consumo próprio.

TABELA 12 – PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEM LAÇO DE PARENTESCO COM O PRODUTOR, SEGUNDO FORMAS DE OCUPAÇÃO, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 2006

Mesorregiões Geográficas	Total	Empregados permanentes	Empregados Temporários	Empregados parceiros	Empregados em outra condição
Centro-Oriental	16.388	12.473	3627	150	-
Sudeste	12.131	2881	8909	252	89

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

De acordo com a tabela acima, na mesorregião Centro-oriental a maior parte são empregados permanentes, e sem laços de parentesco com o produtor, já na mesorregião Sudeste o número é menor devido também ao fato de a maioria das pessoas ter algum laço de parentesco.

Nesta distribuição das pessoas conforme a ocupação é possível delimitar as características do mercado de trabalho agrícola. As normas reguladoras para o trabalho rural foram instituídas através da Lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973, que define em seu artigo 2.º: “Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”. Portanto, é considerada empregada, permanente ou temporária a pessoa que trabalha para um empregador, o qual pode ser pessoa física ou jurídica, de forma subordinada, cumprindo jornada de trabalho, mediante remuneração em dinheiro ou mercadoria, como contrapartida.

No âmbito deste estudo, designam-se como assalariados rurais o conjunto das pessoas ocupadas na posição de empregados (permanente + temporário). Entre 2002 e 2006, o número de empregados permanentes manteve-se em posição estável e acima de 120 mil ocupados. O trabalho temporário é mais suscetível à instabilidade da agricultura, provocada por adversidades climáticas, e à sazonalidade de contratação, o que pode justificar a variação acentuada das ocupações temporárias de um ano para outro. O conjunto de assalariados rurais representou entre 20% e 24% do total de ocupados agrícolas no período analisado. Por sua vez, a condição de empregador rural representa uma minoria que oscila entre 2% e 4% do total de ocupados agrícolas. A somatória da proporção de assalariados e de empregadores rurais ajuda a definir o mercado de trabalho rural, representado pela agricultura empresarial,

que se situa em média próximo a 25% do total de ocupados agrícolas no Paraná, entre 2002 e 2006. (IPARDES, 2009)

O trabalhador por conta própria na agropecuária corresponde à pessoa que trabalhava explorando o próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando ou não com a ajuda de trabalhador não-remunerado. Nesta condição se inserem cerca de 275 mil pessoas, ou 25% do total de ocupados na agropecuária paranaense. Outra posição com número expressivo de ocupados é a dos trabalhadores que se dedicam à produção para consumo próprio, os quais representavam 27% do total de ocupados agrícolas. Em geral, as pessoas ocupadas nessas condições não são de assalariados rurais, embora possam assumir tal posição em algumas ocasiões específicas. Por fim, é preciso considerar que aos ocupados na condição de conta própria e produção para consumo próprio está associado o trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar. Esta categoria mantém a tendência decrescente ao longo do período de análise. As características da agricultura familiar certamente estão contidas na intercessão destas três categorias de ocupados: conta própria, consumo próprio, e membro não-remunerado. Entretanto, a análise pormenorizada tanto da agricultura familiar quanto da tendência decrescente do número de trabalhadores não-remunerados membros da unidade domiciliar foge do escopo deste estudo. A desagregação dos dados em estudo específico poderia trazer novas evidências a respeito desses ocupados agrícolas.

Um dado interessante que relata que os produtores declararam que tem atividade fora do estabelecimento, na mesorregião Centro-Oriental as atividades são não agropecuárias, isso acontece em cerca de 3.307 estabelecimentos, e a maioria são de agricultores familiares. Na Sudeste as atividades são na maioria agropecuárias e pelos agricultores familiares, em cerca de 3.417 estabelecimentos.

Ainda em relação ao pessoal ocupado, os dados nas mesorregiões em estudo, a Centro-Oriental e Sudeste Paranaense, para efeito de comparação do censo agropecuário de 1995/96 e 2006, pode-se perceber o declínio do pessoal ocupado na mesorregião Centro-oriental; principalmente, nos grupos de área de menos de 10 hectares a menos de 100 hectares, ou seja, nas propriedades que se enquadram como familiares. (tabela 12).

A mesorregião Sudeste o panorama já é diferente o pessoal ocupado nos grupos com menos de 10 hectares foi de 41.612 mil para 49.179 mil. Mas, nos outros grupos teve um decréscimo também, com maior ênfase nos grupos de 10 a menos de 100 hectares e nos de 1000 hectares e mais, ou seja, as propriedades maiores também tiveram um decréscimo no que tange o pessoal ocupado nessas atividades. (tabela 13)

**TABELA 13 – PESSOAL OCUPADO MESORREGIÃO E GRUPOS DE ÁREA,
SEGUNDO AS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE –
1995/2006**

Mesorregiões	1995				2006			
	Centro-Oriental		Sudeste		Centro-Oriental		Sudeste	
	N de ocupados	%	N de ocupados	%	N de ocupados	%	N de ocupados	%
Menos de 10 ha	26.091	34,3	41.612	34,7	20.321	33,5	49.179	43,7
10 a menos de 100 ha	31.776	41,8	69.103	57,7	21.639	35,7	54.236	48,2
100 a menos de 1.000 ha	13.753	18,1	7896	6,6	13.233	21,8	5490	4,9
1.000 ha e mais	4378	5,8	1214	1,0	2741	4,5	643	0,6
Não declarado	-	-	4	-	2704	4,5	2868	2,6
TOTAL	75.998	100,0	119.829	100,0	60.638	100,0	112.416	100,0

FONTE: IBGE – Censos Demográficos - IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

Para se proceder à outra análise sobre as pessoas ocupadas na agricultura nas mesorregiões, pode-se distribuí-las, também segundo a condição do produtor, que inclusive, mostra a condição de cada mesorregião no que tange pessoas que trabalham nestas atividades.

Na tabela 13 pode-se perceber que o número de proprietários nas duas mesorregiões se destaca, sendo que a maioria é proprietário. Mas, na mesorregião Sudeste o número é bem maior o número de proprietários, e destes 98.795 mil mais da metade é de agricultores familiares, que trabalham na propriedade vivendo dela e/ou trabalhando também com outras atividades. Já na mesorregião Centro-Oriental o número é menor de proprietários, mas as propriedades são maiores em termos de hectares, e o pessoal ocupado é geralmente empregado dessas propriedades, e os proprietários geralmente não moram no local.

**TABELA 14 – PESSOAL OCUPADO POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR SEGUNDO AS
CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 1995/96/2006**

CENTRO ORIENTAL E SUDOESTE PARAGUENSE - 1995/96/2006					
Mesorregião Geográfica	Condição do Produtor				
		1995/96		2006	
			%		%
Centro-Oriental	Proprietário	60.330	79,38	35.027	83,42
	Arrendatário	4.608	6,06	2103	5,01
	Parceiro	1.603	2,11	365	0,87
	Ocupante	9.457	12,44	2806	6,68
Total		75.998	100,0	41.989	100,0
	Proprietário	98.795	82,44	81.449	83,54

Sudeste	Arrendatário	7.412	6,18	6088	6,24
	Parceiro	3.356	2,80	1705	1,75
	Ocupante	10.266	8,56	6767	6,94
Total		119.829	100,0	97.501	100,0

FONTE: Censo Agropecuário – IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

De acordo com a tabela 13, pode-se ver que ocorreu um decréscimo considerável na condição de proprietário nas duas mesorregiões. E também em todas as outras condições do produtor.

Mas referente as informações da tabela 14, temos uma observação. No Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo IBGE, foi inserido a condição de produtor sem área, que para efeitos de comparação com o Censo de 1995, fica sem efeito.

Um dado que é significativo também e traz relevantes esclarecimentos sobre a ocupação dos estabelecimentos agropecuários é demonstrado na tabela 15, onde demonstra quem realmente mora na propriedade ou não.

TABELA 15 – PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, QUE RESIDEM NO ESTABELECIMENTO, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE – 2006

Mesorregião Geográfica	Pessoal ocupado	
Centro-Oriental	Total	37.857
	Não familiar	7.024
	Agricultura familiar	30.833
Sudeste	Total	88.051
	Não familiar	8.986
	Agricultura familiar	79.065

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

Ao analisar a tabela pode-se perceber que a maioria trabalha e mora nos estabelecimentos nas duas mesorregiões e a mesorregião Sudeste com a maioria de familiares como já foi mostrado. Também pode-se perceber que apesar da mesorregião ser destaque com a agricultura empresarial, comparada com a Sudeste, podemos perceber que tem uma significativa importância de pessoal ocupado com a agricultura familiar.

4.3 CARACTERÍSTICAS DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NA AGRICULTURA DAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE

O Estado do Paraná, o VBP (valor bruto de produção), da agricultura não familiar é relativamente maior quando comparado com o da agricultura familiar, 57,0% e 43,0% respectivamente. Comparando com o Paraná com o total do Brasil, para a agricultura familiar, é o melhor resultado.

Em relação à participação do VBP da agricultura familiar, a mesorregião Sudeste apresenta o maior percentual, 58,25%, só perdendo para a mesorregião Sudoeste. Sendo que a mesorregião Centro-Oriental se destaca em relação a Sudeste na agricultura não familiar, mesmo que comparado as outras mesorregiões do estado é a menos significativa. (tabela 16)

TABELA 16 – VALOR DA PRODUÇÃO E ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR EM RELAÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR, NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE - 2006

Mesorregião Geográfica	Valor da Produção dos estabelecimentos (R\$ mil)			Valor da produção dos estabelecimentos (%)		
	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar	Total	Agricultura Não Familiar	Agricultura Familiar
Centro-Oriental	1.389.726	1.094.297	295.429	100,0	78,74	21,26
Sudeste	1.168.509	487.829	680.680	100,0	41,75	58,25

FONTE: Censo Agropecuário – IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

A distribuição de pessoal ocupado na agropecuária da mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste Paranaense indicam que a produção agrícola mantém-se como principal demandante de trabalho. Embora seja a responsável, a agricultura perdeu um pouco a participação nos últimos anos, dando um pouco mais de espaço para a produção animal, pesca e a silvicultura, onde houve um ligeiro crescimento.

**TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS NA AGROPECUÁRIA ,
SEGUNDO GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NAS MESORREGIÕES
CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE - 2006**

Mesorregião Geográfica	Número de Pessoas					
	Produção Agrícola	Produção Animal	Serviços	Silvicultura	Outros	Total
Centro-Oriental	17.995	21.545	79	758	454	40.831
Sudeste	72.916	15.291	13	1270	235	89.725

FONTE:Censo Agropecuário

NOTA:Dados trabalhados pelo autor

A ocupação das atividades agrícolas em nível de estado houve uma diminuição entre 2002 e 2006, representando uma perda de 67.280 postos de trabalho, de acordo com estudo do IPARDES (2009), influenciando na redução de ocupações agrícolas.

As ocupações diminuíram nas mesorregiões comparado com 1995/96, que foi o último Censo Agropecuário, em relação ao de 2006. Na mesorregião Centro-Oriental de 75.998 pessoas diminuiu para 60.638, e na mesorregião Sudeste de 119.829 para 112.416 pessoas. Estas ocupadas na maioria com agricultura, e mesmo com o decréscimo de pessoas, ocupadas nesta categoria, ainda é a maioria. Como mostra a tabela 13, onde 90.911 pessoas trabalham na produção agrícola sendo que 72.916 só na mesorregião Sudeste.

As atividades econômicas realizadas na agricultura são em lavouras temporárias, permanentes e hortaliças, são os cultivos que são trabalhados pelos agricultores. (tabela 17)

**TABELA 18 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR
UTILIZAÇÃO DE TERRAS, SEGUNDO AS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E
SUDESTE PARANAENSE – 2006**

Mesorregiões Geográficas	Estabelecimentos							
	Total	%	Lavouras permanentes	%	Lavouras temporárias	%	Horticultura	%
Centro-Oriental	19.174	32,7	277	24,7	7613	22,0	1261	45,5
Sudeste	39.390	67,3	845	75,3	27.030	78,0	1510	54,5
Total	58.564	100,0	1122	100,0	34.643	100,0	2771	100,0

FONTE:Censo Agropecuário - IBGE

NOTA: Dados trabalhados pelo autor

Nesta tabela acima os dados são relacionados às lavouras permanentes (plantio de cultivos de longa duração, como frutas) e temporárias (cultivos de curta duração, que necessitam serem replantadas, como milho, soja, entre outras), onde a mesorregião Sudeste se destaca nas lavouras temporárias com 39.390 estabelecimentos e destes 29.078 são de agricultores familiares. E mesmo em número menor a Centro-Oriental também tem as lavouras temporárias em maior número.

Das lavouras temporárias de interesse econômico, a desagregação dos dados da PNAD é possível para os cultivos: cana de açúcar, mandioca, fumo, milho e soja. Onde estes são os principais cultivos no Paraná. Mas, nestes cultivos há instabilidade das ocupações na lavoura de mandioca; pequeno crescimento na cana-de-açúcar, uma crescente no cultivo de fumo e redução nas lavouras de soja e milho, segundo estudos do IPARDES (2009).

Em certos cultivos não é possível desagregar exatamente o real nas mesorregiões, mas é possível obter o volume de produção da mesorregião. Dados significativos mostram que na mesorregião Centro-Oriental como já era esperado o cultivo do milho se destaca com 10,6% seguido da soja com 9,6%, estes valores obtidos em comparação as outras mesorregiões do estado, mas são as se destacam nesta mesorregião, onde os estabelecimentos são maiores e direcionados na maioria para agricultura empresarial, de exportação. No outro lado temos a mesorregião Sudeste que tem como destaque o fumo com 51,2% da produção, que neste caso se destaca como a primeira do estado neste cultivo. Em segundo temos o milho, seguido da mandioca e a soja neste caso com cerca de 1,5% apenas.

TABELA 19 – PERCENTUAL DA ÁREA COLHIDA E DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NAS MESORREGIÕES CENTRO-ORIENTAL E SUDESTE PARANAENSE (MÉDIA 2006)

Produto	Centro-Oriental		Sudeste		TOTAL	
	Área	Valor	Área	Valor	Área	Valor
Milho	47,58	61,11	52,42	38,89	100,00	100,00
Soja	73,10	74,32	26,90	25,68	100,00	100,00
Trigo	86,53	87,73	13,47	12,27	100,00	100,00
Café	-	-	-	-	100,00	100,00
Cana	49,33	30,90	50,67	69,10	100,00	100,00
Feijão	30,69	42,83	69,31	57,17	100,00	100,00
Arroz	9,06	8,83	90,94	91,17	100,00	100,00
Batata	43,04	60,23	56,96	39,77	100,00	100,00
Algodão	-	-	-	-	100,00	100,00
Fumo	7,98	9,56	92,02	90,44	100,00	100,00
Mandioca	9,76	2,07	90,24	97,93	100,00	100,00

Laranja	53,85	64,52	46,15	35,48	100,00	100,00
---------	-------	-------	-------	-------	--------	--------

FONTE:Censo Agropecuário – IBGE

NOTA:Dados trabalhados pelo autor

De acordo com dados da tabela 19, vemos que a mesorregião Centro-Oriental os produtos que se destacam são a soja e o trigo, em contrapartida o fumo, arroz e mandioca são os que menos são produzidos nesta região. Indicando assim através desses dados que esta mesorregião se dedica a Commodities de soja e trigo. Em relação a mesorregião Sudeste vemos um cenário diferente. Os cultivos que mais se destacam são o fumo, a mandioca e arroz, com destaque também para batata e feijão. Nesta região onde predomina agricultores familiares temos um quadro bem diferenciado. Sendo que os produtos de commodities que foram destaque na Centro-Oriental na Sudeste são bem menores.

A expressão de alguns produtos reforça a trajetória regional, em que este produtos aparecem como padrão de produção em cada mesorregião. Uma com utilização também de maquinários, pois o tipo de cultivo requer uma mecanização mais forte.

A mesorregião Centro-Oriental apresenta segundo foi citado já por CUNHA (2003), em seu trabalho onde esta mesorregião estava inclusa, onde é uma mesorregião de produtores tecnificados. Com adoção tecnológica, onde se confirma pelo tipo de cultivo nesta região.

O Paraná é o maior produtor nacional de milho, a região mais forte é a mesorregião Oeste. A atividade é desenvolvida, predominantemente, em estabelecimentos de agricultura familiar. De acordo com dados da PNAD, há redução de número de ocupados neste cultivo, onde os produtores familiares perdem participação e a empresarial se eleva. E um ponto relevante é que a participação da agricultura familiar no cultivo do fumo é muito significativa, mais de 90% das pessoas se ocupam neste cultivo. O principal ponto deste cultivo de fumo é o alto grau de integração entre produtor rural e a indústria, tem acesso a crédito e assistência técnica que contribuem para a sustentação da atividade. E onde se destaca como já foi citado a mesorregião Sudeste, e predominantemente caracterizado pelo regime de economia familiar.

No caso de produção animal são possíveis de análise os bovinos, aves e suínos. Em termos de produção estadual a produção animal corresponde por cerca de 30% do total de ocupações. A criação de bovinos se destaca, e a de aves apresenta o menor número.

A distribuição do efetivo animal para as criações de interesse econômico, segundo mesorregiões observa-se informações mais regionais de cada uma delas. Na mesorregião Sudeste a criação de suínos representa o maior percentual cerca de 7,8%, seguido da criação de bovinos com 2,9% e aves com 1,4%. Temos uma participação menos significativa na

produção animal nesta mesorregião. Na mesorregião Centro-Oriental a criação de suínos se destaca com 12,7%, com 7,4% na criação de bovinos e 4,3% de aves.

Nessa mesorregião por último comentado, há que se destacar na produção animal, de gado leiteiro, onde os municípios de Carambeí, Castro, Palmeira e Arapoti na mesorregião Centro-Oriental se destacam, onde se encontram os melhores rebanhos da raça holandesa do País. E destacando também que nesta atividade também é uma alternativa da agricultura familiar, onde foi incentivada nos últimos anos, através de programas estaduais, para melhorar os recursos desta atividade.

De acordo com pesquisas realizadas é possível destacar oito atividades em relação às pessoas ocupadas, criação de bovinos, aves, lavouras de soja, milho, fumo, café, cana de açúcar e hortaliças. Essas atividades representam cerca de 70% de ocupações das pessoas na área agrícola.

Portanto, verifica-se que a agricultura nas mesorregiões Centro-oriental e Sudeste Paranaense têm as suas diferenças no tocante a estrutura agrária. São regiões com formações históricas e geográficas diferentes. A Centro-oriental com cerca de 19.174 estabelecimentos destes 4549 na agricultura não familiar e 14.625 na agricultura familiar. Com uma população residente na área rural de 117.129 pessoas e urbana com mais de 500.000 pessoas. Tem uma agricultura voltada para exportação e as propriedades com grandes áreas. Praticam também a pecuária com destaque para criação de suínos e em segundo o gado. Tem uma grande bacia leiteira na região de Carambeí e Castro, com desenvolvimento em termos de educação, renda e emprego, sendo que a cidade que se destaca é Ponta Grossa, com o 18º lugar no ranking do estado em relação ao IDH geral, que envolve longevidade, renda e educação.

Na mesorregião Sudeste tem uma população residente de 175.190 na área rural, com estabelecimentos rurais no total de 39.390 e destes 34.665 só de estabelecimento ligados a agricultura familiar. Ou seja, é uma região onde configura a expressiva predominância de agricultores de pequeno porte, que residem na propriedade e vivem dela. São propriedades com área menor; mas, que também influenciam no desenvolvimento econômico regional; pois, a produção de cultivos agrícolas rende percentuais no total de produção do estado. Com a cidade de União da Vitória que no ranking do estado do Paraná no IDH, fica no 31º lugar, em termos de renda, emprego, educação e longevidade. E se destaca com a produção de fumo por agricultores familiares, cerca de 51% da produção do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada procurou através de uma análise sistemática em torno das trajetórias de transformação das estruturas agrárias das mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste Paranaense, que fazem parte de um dos grandes territórios regionais Paranaense, o Paraná Tradicional. Trata-se, de um processo que implica várias questões, devido principalmente, ao contexto, aos propósitos e as contradições que envolvem os atores do processo, suas ações e os resultados dessas ações.

Essas mesorregiões foram escolhidas devido a uma prévia análise, onde constatou-se que tinham algumas diferenças consideráveis entre elas. A mesorregião Centro-Oriental, uma região de grandes extensões de terra, onde os empresários rurais se destacam, com cultivos agrícolas, também com criação de suínos e gado. Apesar de se destacar perante ao número de agricultores empresariais da mesorregião Sudeste, a nível de estado do Paraná, não tem tanto destaque. Pois os solos desta região como foi apresentado na pesquisa são fracos para alguns cultivos.

Em se tratando de mesorregião Sudeste conforme temos uma agricultura basicamente voltada a agricultura familiar, com suas atividades agrícolas que contribuem para o desenvolvimento econômico do estado, tem seu destaque na produção do fumo, que é incentivada pelo órgãos competentes a ser gerido por famílias da agricultura familiar. Tem sua estrutura agrária e fundiária tem um certo equilíbrio diante dos dados apresentados. Possui agricultores empresariais, mas em número bem menor que na mesorregião Centro-Oriental, sendo este o motivo pelo qual gerou a pesquisa. Teve sua colonização também por imigrantes europeus e também de outras regiões do país. Mas devido também a sua estrutura da paisagem se desenvolveu outros tipos de estrutura agrária.

No intuito de analisar as trajetórias de transformação da estrutura agrária destas mesorregiões, através análise regional com conceitos renovados, permitiu demonstrar e apresentar valores e características que eram desconhecidas por outros trabalhos. O que buscou foi comparar as duas mesorregiões e apresentar essas diferenças regionais, e também demonstrar para as políticas públicas a realidade de cada uma delas. E contribuir para estudos futuros a esse respeito.

Nas diferenças regionais foram constatadas no processo de fragmentação política ligado a criação de novos municípios no estado. Sendo que no Paraná Tradicional ele foi bastante reduzido, indicando uma resistência maior dos poderes locais consolidados nessa

região de abrir mão de sua hegemonia, o que não deixa de ser um elemento a mais do processo histórico-geográfico da região. Enfim, expressões espaciais antes subsumidas na estrutura territorial foram localizadas também nas dinâmicas agrárias e econômicas.

No tocante a formação territorial inicial, as duas tiveram trajetórias históricas semelhantes. Mas com distribuição de população diferenciada. Pois as grandes fazendas existentes na mesorregião Centro-Oriental, região dos Campos Gerais, foram resultados das obtenção de terras pela sesmarias. E que foram preenchidas pelos imigrantes, mas como empregados dessas terras, sem muito acesso a terra, e os que ficaram que foram poucos, foram para as partes mais irregulares e de mata. A maioria que não teve espaço nesta área se estabeleceu na mesorregião Sudeste, onde os solos são melhores, e tem um relevo mais ondulado e de difícil acesso para criação de animais, onde se fazia na parte Centro-Oriental. Mas nesta região mais acidentada no sentido geomorfológico, estes imigrantes se estabeleceram e se adaptaram as culturas locais, e quase não utilizaram seus cultivos vindos de outro pai. E formaram ali pequenos estabelecimentos rurais, de cultivo para subsistência e mais tarde para venda, construindo portanto um segmento de certa particularidade.

Em termos de atenção pelas políticas públicas nestas regiões, não foram aplicadas respeitando os fatores endógenos presentes em cada uma delas. Para aumentar a eficiência econômica da agricultura familiar faz-se necessário a interferência direta do Estado na organização dos mercados agrícolas a exemplo do que ocorre em muitos países desenvolvidos, onde a agricultura é um dos segmentos produtivos mais controlados pelo Estado. Face às limitações constatadas na estrutura de comercialização do município, a implementação de políticas de preços, o aperfeiçoamento e a ampliação do acesso às informações sobre o mercado, a criação de mecanismos de controle sobre a oferta e a demanda da produção agrícola.

O desenvolvimento da infraestrutura de comercialização e a autonomia em relação ao sistema financeiro através de associações são algumas das interferências que o Estado deve efetuar na organização e no planejamento da estrutura de comercialização. Aparentemente, o contexto socioeconômico da mesorregião Sudeste se apresenta favorável para o desenvolvimento da pluriatividade. A vocação econômica da agricultura familiar converge para atividades essencialmente agrícolas. Tudo indica que a estratégia de desenvolvimento rural mais apropriada seria a implementação de políticas públicas direcionadas à produção agrícola e que assegurassem melhores condições de produção à agricultura familiar.

Portanto, a comercialização da produção é um fator que merece destaque, no sentido de que se tenha precaução, pois os produtores ficam vulneráveis à intermediação. Constata-se

que a grande dificuldade da agricultura familiar não é produzir, mas sim ter o retorno via mercado do valor gerado na atividade agropecuária. Outrossim, o comportamento do agricultor familiar, com uma tendência à individualização do trabalho, no sentido de restringir-se aos membros do grupo familiar do estabelecimento, pode ser a expressão de uma característica da reprodução desse sujeito social, o que resulta na debilidade dos instrumentos que os organizam e os representam. Diante das dificuldades em assegurarem a reprodução da família, tão comum a esses sujeitos sociais, as alternativas não são buscadas no plano coletivo, mas individualmente. Grande parte dos problemas atrelados à produção e comercialização.

Na sua estrutura agrária vemos uma situação de desigualdades em termos de distribuição de terras, mas que fazem com que a economia desta mesorregião se desenvolva, a passos mais largos que a mesorregião Sudeste, onde a arrecadação é menor. Todavia, como se pode perceber a estrutura de cada uma influencia no seu desenvolvimento tanto local quanto regionalmente.

Apesar de todas as limitações identificadas, são inegáveis os avanços obtidos pelas condições de produção da agricultura familiar, garantindo principalmente alimentos, empregos e renda no meio rural. Vive-se, um contexto permeado pela tão propalada revolução tecnológica, chamada, por alguns, de terceira revolução industrial ou revolução tecnológica. Em face dessa revolução que tem atingido direta ou indiretamente todos os setores da economia, percebe-se o quanto se altera questões como produtividade e qualidade da produção.

Em termos de análise de dados comparando censos do IBGE, não foi possível em alguns aspectos da pesquisa realizar esta comparação em termos de evolução da agricultura, pois o censo de 1995 se diferencia muito do realizado em 2006. No censo de 2006, a pesquisa foi muito mais detalhada, com variáveis mais explicativas, que não aconteceu em 1995. Mas que não impediu a realização da pesquisa.

Esse estudo apresenta, portanto uma contribuição para um conhecimento mais profundo a respeito da agricultura nas mesorregiões Centro-Oriental e Sudeste Paranaense. Estes estudos de comparação entre mesorregiões são de grande valia, para conhecimento de governos com intenção de melhorar as políticas públicas para estas mesorregiões.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/Editora da UNICAMP, 1992, p. 275.

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural: Seminário sobre Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável-1998**. (não publicado).

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br>> Acesso em: 20 mai 2010.

ALENDE, C. R.M. **Estudo dos Sistemas de produção dos agricultores familiares da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul**. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

ALENTEJANO, P. R. R. Alentejano. **O Conceito de Região e a problemática dos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

AMORIM, C. C. Discutindo o Conceito de Região. In: **Estação Científica Online**. Juiz de Fora, n.04, abr/mai.2007.

BALHANA, et.al. **Campos Gerais : estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR-Faculdade de Filosofia. 1968

_____. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica da gênese aos novos paradigmas**. 1996. 377 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço). – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.

_____. **Região: desafios e embates contemporâneos**. In: **Desigualdades Regionais: Série de Estudos e Pesquisas**. 1 ed. Salvador, Bigual, 2004, v.1, p.39-87.

BLUM, R. **Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática**. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 406 p. p. 57-104.

BRANDENBURG, A; FERREIRA, A. D. D. (Org.). **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

BRANDENBURG, A; FERREIRA, A. D.D; SANTOS, L. J.C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 10, p.119-125, 2004.

CAMPANHOLA, C; SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro: uma análise estadual: sul sudeste e centro-oeste**. São Paulo : EMBRAP A meio ambiente, 2003.

CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. análise de alguns aspectos de política econômica regional. In **Revista Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, 2000, p. 103-136.

CARVALHO, G. L. Região: a evolução de uma categoria de análise da Geografia. In: **Boletim Goiano de Geografia**. v. 22, nº 01, jan/jun. 2002.

CASTRO, I. E. de Espaço: Um conceito-chave da Geografia. In: GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato; **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, p.15-48.

CINTRA, A. P. de U.**Espaços Rurais no Paraná:Um estudo das relações campo-cidade nos pequenos municípios**.2007,95f.Dissertação(Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná,Curitiba,2007.

CORRÊA,R. L. Algumas considerações sobre análise regional. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 49 n. 4, p. 47-52, 1987.

_____.**Região e Organização Espacial**.6 ed.São Paulo:Ática.1998.

_____. **Trajetórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CUNHA, L. A. G. C. Sobre o conceito de Região. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa,v. 5, n. 2, p. 39-56, 2000.

_____. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento Territorial:o caso do Paraná Tradicional**.2003,136f.Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,Rio de Janeiro,2003.

CUNHA, M. S. da; CHILANTE, Claudia Aparecida Toniato. Caracterização da Agropecuária Paranaense na década de 90. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 101, p. 3-16, jul/dez. 2001.

DELGADO, P.; LIBARDI, D. A redução do trabalho agrícola no Paraná. In: **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, jan/abr, 1999, p. 51-59.

FAJARDO, S. **O território paranaense: aspectos da ocupação e formação da estrutura produtiva e as transformações da paisagem rural**. Guarapuava: Guairacá, 2006, n. 22, p. 95-117.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. João Pessoa: AGB, 2002. CD-ROM.

FERREIRA, D. A. de; **Mundo Rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FRANÇA, K. C.B. de; LEITE, S. S.C. A Geografia e seus conceitos: Adeus Região e viva ao Território? In: **1º Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico**, 2007 Rio de Janeiro, n.º 06, p.1-14, 2007.

GOMES, P. C. da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, L. E.; GOMES, P. C. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-73.

HAESBAERT, R. Região, Diversidade Territorial e Globalização. In: **GEOgraphia**. ano 1, n.1, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional**, 2002 (mimeo).

HAURESKO, C; MOTEKA, G. **A pequena propriedade agrária no Paraná tradicional: origem, localização e caracterização**. In: 1 SIMPGEO/SP, VIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp, Rio Claro. 2008

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

IAPAR. Rede de Propriedades Familiares Agroecológicas: – uma abordagem sistêmica no Centro-Sul do Paraná. **Boletim Técnico**, n. 68, Nov/2006.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Censo Agropecuário 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

_____. IBGE. Censo Demográfico 2000: Microdados da amostra – PR. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. IBGE. Malha digital do setor censitário rural 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. IBGE. Censo Agropecuário 2006: Microdados da amostra – PR. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01/07/2008**. Brasília: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/default.shtm>>. Acesso em: 13 out 2008.

_____. IBGE. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. IBGE. Banco de dados Agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em 25 jun. 2010.

INCRA, Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto – Brasília 2000. HAESBAERT, Rogério; IMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. GEOUERJ. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 1. semestre, 1999.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo**. Curitiba: IPARDES, 2004.

_____. O Binômio território-rede e seu significado político-cultural. In: **Territórios**

Alternativos. São Paulo, Contexto, 2002, p. 117-128.

IPARDES, **Nota Técnica:** Primeiros resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná. IPARDES, 2009.

IPEA. PNAD 2008: **Primeiras análise – O setor rural.** n. 42 mar/2010

LAMARCHE, U. (Coord), **A agricultura familiar I: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A agricultura familiar:** volume II do mito à realidade. Campinas: Unicamp, 1998.

LANILLO, R. F. (Org) *et al.* Regionalização da agricultura do Estado do Paraná, Brasil. In: **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. 129-127, jan/fev, 2006.

LAURENTI, A. C. Estrutura agrária do município de Rio Azul: Diagnóstico preliminar voltado ao direcionamento das ações de pesquisa agrícola no PRORURAL. In: **Boletim Técnico IAPAR**, nº 19. Londrina: IAPAR, 1985.

LENCIONI, S. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 1999.

MACHADO, P. B. *et al.* **Campos Gerais:** estruturas agrárias. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 1968.

_____. Formação da Estrutura Agrária dos Campos Gerais. In: Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná. **Boletim da Universidade do Paraná.** Departamento de História, n. 03, jun/1963, p. 10-19.

MARTINS, R. **História do Paraná.** Curitiba. Travessa dos Editores, 1995, p. 524.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente:** ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MELO, M. S de; R. S; GUIMARÃES, G. B. **Patrimônio Natural dos Campos Gerais.**

MORAES, A. C. R. **Geografia:** Pequena história crítica. 17. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, R. J. **Agricultura Familiar:** processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad Seropédica. UFRRJ, 1999.

_____. Agricultura Familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n. 8, p. 51-69, Abril/1997.

NETO, C C. Agricultura Familiar e renda da terra. In: **Estudo Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n. 10, p. 117-134, Abril/1998.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. In: **Estudos Avançados.** São Paulo, n. 43, p. 185-206, set/dez,

2001.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1981.

PAULINO, E. T ; KRUGER, C. do R. Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense. In: **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**. Maringá, v.32, n.1 p.97-107, 2010.

PEREIRA, M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: UFPR, 1996.

PEREIRA, M. F. V. Região - pluralidade e permanência: desafios e tendências contemporâneas da categoria em geografia. In: **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 29, n. 3, p. 339-353, set/dez 2004.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. São Paulo: Brasiliense, 1984

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo – colônia**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, A. As transformações da sociedade e os recursos da natureza na região de Palmas e Guarapuava. **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM, ano 7, n. 1, set., 1989.

SACHS, I. Brasil rural: da redescoberta a invenção. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 75-82, set/dez, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, C. R. A. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Juruá, 2007.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SILVA, A. L R. **Agricultura Familiar é tema de seminário na Universidade de Brasília**. Disponível em: <www.incra.gov>. Acesso em: 21 set 2004

SILVA, E. S. de O. da. **Análise Sócio-espacial da produção familiar de tomate no município de São José de Ubá(RJ)**, 2008, 123f, Dissertação (Mestrado em Ciências de Matemática e Natureza) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M; CAMPANHOLA, C. “O que há de realmente novo no rural brasileiro”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília: Embrapa, v. 19, n. 1, pp. 37-67, jan-abr, 2002.

SOUZA, M. de. Agricultura, ocupações e rendas das pessoas nas áreas rurais do Estado do Paraná: 1992-1999. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 523-544, out. 2004.

SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A. do. Ocupações e rendas das famílias rurais e agrícolas no Estado do Paraná. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. IPARDES, n. 112,

jan/jun-2007, p. 73-91.

SOUZA, M. de. Território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

_____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: **TERRITÓRIO**. Rio de Janeiro. LAGET/UFRJ, Garamond, n. 3, p. 13-26, Jul/Dez . In: 1997.

TEDESCO, J. C. (org). **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

TEIXEIRA, R. A. **Formosa: Portal do Nordeste Goiano ou Pólo Regional no Entorno de Brasília**. 2005. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal do Goiás, 2005.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto** (Texto para Discussão). São Paulo, 1998.

VEIGA, J. E. da, *et al.* O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Série Textos para Discussão nº 1**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/ CNDRS/ Nead), 2001, 108 p.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 4ª Ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina LTDA, 1972. 185 p.

WANDERLEY, M. de N. B. Brasil: exploração familiar ou latifúndio In: **LAMARCHE, H. A. Agricultura Familiar**. Paris: L'Hamattan, 1994, v. 2, p. 20-27.

WANDERLEY, M. de N. B. A modernização sob o comando da terra – os impasses da agricultura moderna no Brasil. **Idéias**, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54. jul-dez. 1996.

_____. **Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas**. São Paulo: Cadernos IFCH. Campinas, n. 19, 1998. 166p.

_____. **Olhares sobre o rural brasileiro**. Recife, 1999 (mimeo).

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-146, Out/2000.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**, out/2003, n. 21, p. 42-61.

WILKINSON, J. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 8, p. 25-50, Abril/1997.

ZANCHET, M. S. **Características das Ocupações na Agropecuária Paranaense**. IPARDES, Curitiba, jul./2008.